

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2023

OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INTERESSADA EM CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA – CASA ABRIGO, NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, PARA MULHERES EM RISCO DE MORTE, ACOMPANHADAS OU NÃO DE SEUS FILHOS, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.742/1993 – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, ATUALIZADA PELA LEI 12.345/11.

PREÂMBULO

O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ - CONDEMAT, por intermédio da **Comissão Especial de Seleção**, designada pelo Senhor Presidente **CAIO CESAR MACHADO DA CUNHA** nos autos em epígrafe, torna público o presente Edital, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, visando a Seleção de Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, legalmente constituídas, interessadas em celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO para a operacionalização e administração de serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência- Casa Abrigo.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

- 1.1. O presente Chamamento Público tem por finalidade a seleção de proposta para celebração de parceria com o CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ-CONDEMAT, por meio de formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme as condições estabelecidas neste Edital.
- 1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204 de 14 de dezembro de 2015, pelo Manual Básico – Repasses Públicos ao Terceiro Setor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.
- 1.3. O presente chamamento público selecionará uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do Termo de Colaboração.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto deste Chamamento a Seleção de Organizações da Sociedade Civil para a implantação, operacionalização e administração de 01 (um) **Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência- Casa Abrigo**, capacidade de até 20 vagas, sendo mulheres acompanhadas ou não de filhos, por um período determinado (em geral de 90 até 180 dias), em casos previamente avaliados e encaminhados pelos municípios consorciados, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Poá, nos termos deste Edital e seus Anexos e em conformidade com as disposições das Leis nº 13.019/14 e nº 13.204/15.
 - 2.1.1. O Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência- Casa Abrigo deverá ser implantado em município pertencente a região de abrangência do CONDEMAT.
- 2.2. A contratação visa garantir a integridade física e psicológica de mulheres em situação de violência doméstica e familiar com risco iminente de morte, pertencentes dos municípios consorciados, estimulando o exercício de sua cidadania e autonomia para o rompimento do ciclo da violência.
- 2.3. O CONDEMAT estabelecerá as diretrizes para a implantação do Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência- Casa Abrigo.

- 2.4. A descrição detalhada dos serviços a serem contemplados para o Termo de Colaboração, bem como, as metas para cada um dos procedimentos e detalhamentos da aplicação dos recursos financeiros deverão estar contempladas no plano de trabalho, conforme **ANEXO II - PLANO DE TRABALHO**.

3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1. Este Chamamento Público justifica-se pelas condições descritas a seguir, considerando:
- I. A Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e prevê, no art. 35, a criação de “casas-abrigo para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar...” como ação protetiva às mulheres em situação de violência doméstica e familiar;
- II. Segundo a Resolução CNAS nº 109/2009, a modalidade de acolhimento institucional está tipificada como Serviço Social Especial de Alta Complexidade que atua em “acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral”. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual;
- III. Sabe-se que a violência contra a mulher, no Brasil e no mundo, é questão cultural antiga, arraigada pelos costumes de hegemonia patriarcal, e que vem, por séculos, cerceando a vida e a autonomia de milhares de mulheres, das formas mais sutis as mais ostensivas de perseguições e mal tratos;
- IV. A abertura do presente Chamamento Público justifica-se devido à ausência de oferta do serviço de proteção social especial de alta complexidade na modalidade acolhimento institucional para mulheres em situação de violência, de forma regionalizada, no território do Consórcio, observando o número significativo de mulheres nesta exposição; razão pela qual se faz necessária a existência de um serviço que ofereça moradia sigilosa e apoio especializado.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

- 4.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), assim consideradas, aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):
- a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou
- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.
- 4.2. Declarar, conforme modelo constante no **ANEXO IV – Declaração de Ciência e Concordância**, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.
- 4.3. As Organizações da Sociedade Civil deverão atender aos requisitos previstos nos artigos 33, 34 e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações e sejam regidas por normas de organização interna que prevejam expressamente:
- I. Ter objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social (art. 33,

caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

II. Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e alterações, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV. Possuir:

a) No mínimo, 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução desse prazo por ato específico da autoridade competente, na hipótese de nenhuma organização atingi-los;

b) Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) Instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. (ANEXO V - DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS)

4.3.1. Não será necessária a demonstração de capacidade técnica e operacional prévia, sendo admitida a contratação de profissionais, ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

5. DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Será vedada a participação de Organização da Sociedade Civil que:

I. Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II. Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública, dos entes integrantes do **CONDEMAT**, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

III. Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

IV. Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração ou com algum ente integrante do **CONDEMAT**;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

c) As previstas nos incisos II e III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações.

V. Tenha tido as contas de parceria julgadas impedida de receber recurso, pelo Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;

VI. Tenha entre seus dirigentes pessoas:

a) Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

b) Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações.

6. DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA REALIZAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do **CONDEMAT**, nos termos dos Contratos de Programa celebrados com os municípios participantes do objeto.

- 6.2. Os créditos orçamentários necessários à cobertura das despesas relativas ao presente Edital serão provenientes da dotação orçamentária: **01.01.08.244.0001.2.006.3.3.50.39.00.00.00.00.00**
- 6.3. As despesas decorrentes da contratação do objeto licitado têm valor GLOBAL de até **R\$ 1.105.957,56 (um milhão, cento e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)**, sendo distribuídos conforme segue:
 - 6.3.1. Parcela ÚNICA no valor de **R\$ 80.370,00 (oitenta mil, trezentos e setenta reais)**, para implantação da Casa Abrigo, os quais deverão obrigatoriamente ser utilizados para a aquisição de materiais de consumo, equipamentos e mobiliários para guarnecer o Abrigo;
 - 6.3.2. O Valor ANUAL será de até **R\$ 1.025.587,56 (um milhão, vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)**, divididos em 12 parcelas MENSAS de **R\$ 85.465,63 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos)**, para manutenção e operacionalização as Casa Abrigo.
- 6.4. As demais referências de valores para realização do objeto do Termo de Colaboração estão dispostas no TERMO DE REFERENCIA.
- 6.5. Propostas com valor superior ao indicado serão excluídos automaticamente do processo de seleção.
- 6.6. O valor exato a ser repassado será definido no Termo de Colaboração, formalizado por conta deste Edital, observada a proposta de Plano de Trabalho apresentada pela OSC selecionada, cujo projeto deverá ser executado pelo período de **12 (dozes) meses**.
- 6.7. A liberação das parcelas dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, observando o disposto no Art. 48 da Lei nº 13.019/2014 e alterações.
- 6.8. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto previsto e aprovado no Plano de Trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014).
- 6.9. Nas contratações e nas realizações de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do Art. 42, nos Art. 45 e 46 da Lei nº 13.019/2014, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar os sanções cabíveis.
- 6.10. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.
- 6.11. É vedado utilizar recursos em finalidade diversa da estabelecida no instrumento.
- 6.12. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção da proposta não obriga o Consórcio a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
- 6.13. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

7. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

- 7.1. A Comissão Especial de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente Chamamento Público, a ser constituída na forma de Portaria, previamente à etapa de avaliação das propostas.
- 7.2. Cabe à Comissão Especial de Seleção avaliar e classificar as propostas apresentadas pelas OSCs com base nos critérios de julgamento dispostos nesse Edital.

- 7.3. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão Especial de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público ou, cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse.
- 7.4. O membro da Comissão Especial de Seleção, sob pena de responder administrativa, penal e civilmente, deverá ainda se declarar impedido de participar do processo de seleção quando for cônjuge ou parente, até segundo grau, inclusive por afinidade, dos administradores da OSC ou quando sua atuação configurar em qualquer outra situação de conflito de interesse, entendendo-se por conflito de interesse, situação gerada pelo confronto entre o interesse público e o privado, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.
- 7.5. Configurado o impedimento previsto no § 2º do artigo 27 da Lei 13.019 de 2014, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.
- 7.6. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão Especial de Seleção poderá solicitar assessoramento administrativo e técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.
- 7.7. A Comissão Especial de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades participantes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

8. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 8.1. A OSC deverá apresentar **até 14/08/2023 às 09h30min**, conforme o cronograma apresentado no item 9.1 deste Edital, 02 (dois) envelopes lacrados, endereçados à Comissão Especial de Seleção, na sede do CONDEMAT, situado na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães nº 1.145, 9º andar, sala 901, Edifício Helbor Corporate, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP.
- 8.2. O primeiro envelope lacrado apresentado pela OSC deverá conter a proposta do Plano de Trabalho e vir escrito com os seguintes dizeres:

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO
TIETÊ – CONDEMAT

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

ENVELOPE 01 - PROPOSTA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

- 8.3. A proposta deverá conter:
- 8.3.1. Ofício de requerimento ao Presidente da Comissão Especial de Seleção, devidamente preenchido e assinado pelo representante legal ou presidente da OSC, conforme ANEXO III - MODELO DE OFÍCIO DE REQUERIMENTO AO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO.
- 8.3.2. Plano de Trabalho (com timbre da OSC), utilizando o instrumental ANEXO II – MODELO DE PLANO DE TRABALHO, seguindo as especificações do Termo de Referência constante neste Edital e todos os anexos publicados, apresentado através de uma via impressa, com todas as folhas rubricadas e sequencialmente numeradas, e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente;
- 8.3.2.1. Estimativa de despesas a serem realizadas na execução das atividades descritas na proposta do Plano de Trabalho, incluindo os custos indiretos necessários à execução do objeto, conforme ANEXO II – MODELO DE PLANO DE TRABALHO;
- 8.3.3. Comprovante(s) de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 01 (um) ano de capacidade técnica e operacional, identificação do contrato

(tipo ou natureza do serviço), serviços executados e localização dos mesmos, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas.

8.3.4. Declaração formal de que possui capacidade técnica necessária para a execução do Plano de Trabalho, conforme ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL;

8.3.5. Apresentar devidamente preenchida a Declaração de Ciência e Concordância, conforme ANEXO IV-DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE CONCORDÂNCIA;

8.4. O segundo envelope lacrado apresentado pela OSC deverá conter os documentos para a habilitação, com os seguintes dizeres:

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO
TIETÊ – CONDEMAT**

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

ENVELOPE 02 - HABILITAÇÃO

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

8.5. Deverão ser apresentados, obrigatoriamente, pela OSC proponente, os seguintes documentos:

8.5.1. Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014, redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

8.5.2. Cópia da Ata da última eleição do Quadro Dirigente em exercício registrado em Cartório competente, (art. 34, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

8.5.3. Cópia autenticada do RG e CPF do representante legal da organização da sociedade civil;

8.5.4. Cópia do comprovante residencial, atualizado, de até 03 (três) meses, do representante legal da organização da sociedade civil;

8.5.5. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, demonstrando que a OSC existe há, no mínimo, 01 (um) ano com cadastro ativo;

8.5.6. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União” ou “Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, ambas dentro da validade e em nome da interessada;

8.5.7. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

8.5.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

8.5.9. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, ressalvados os casos previstos em legislação específica;

8.5.10. Certidão Negativa de Débitos estaduais ou Declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;

8.5.11. Cópia do comprovante de endereço do local de funcionamento da OSC, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

8.5.12. Relação nominal atualizada do quadro de dirigentes da OSC, acrescido do endereço, número de telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número

de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF de cada um deles, conforme ANEXO VIII - DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE (inciso VI do caput do art. 34 da Lei Federal nº 13.019/14);

- 8.5.13. Declaração, sob as penas da lei, de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, conforme ANEXO VI – DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS;
- 8.5.14. Apresentar devidamente preenchida a Declaração sobre Instalações e Condições Materiais, conforme ANEXO V - DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS;
- 8.5.15. Apresentar devidamente preenchido o ANEXO IX – DECLARAÇÕES;
- 8.5.16. Apresentar devidamente preenchido o ANEXO X - CERTIDÃO CONTENDO O NOME DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE E RESPECTIVA CÓPIA DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE;
- 8.5.17. Apresentar devidamente preenchido o ANEXO XI - CERTIDÃO CONTENDO O NOME DO GESTOR RESPONSÁVEL PELO CONTROLE ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO DA PARCERIA;
- 8.6. Todos os documentos referentes ao Edital de Chamamento Público deverão ser, devidamente, assinados por seu representante legal da OSC proponente.
- 8.7. Os documentos contidos nos envelopes deverão ser cópias autenticadas em cartório ou pelo próprio CONDEMAT, devendo o interessado apresentar a cópia simples acompanhada do original. Não serão admitidas cópias em papel termo sensível (fax).
- 8.8. A autenticação dos documentos por parte de servidor da Administração do CONDEMAT só poderá ser realizada antes do início da sessão.
- 8.9. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão de abertura ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

9. DA FASE DE SELEÇÃO

- 9.1. A Fase de Seleção abrangerá a avaliação das propostas de Plano de Trabalho, a divulgação e a homologação dos resultados. Nesta etapa, a avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.
- 9.2. **Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.**
 - 9.2.1. O presente Edital será divulgado na íntegra no site oficial do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê-CONDEMAT e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos para a apresentação dos planos de trabalhos, contado da data de publicação do Edital.
- 9.3. **Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs**
 - 9.3.1. A apresentação dos envelopes está designada para até **14 de agosto de 2023, às 09h30min**, na sede do CONDEMAT, situado na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães nº 1.145, 9º andar, sala 901, Edifício Helbor Corporate, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP.
 - 9.3.2. Os envelopes PROPOSTAS e HABILITAÇÃO deverão estar em consonância com as previsões no item 8 e seguintes deste Edital.
 - 9.3.3. Após o prazo limite para apresentação dos envelopes Planos de Trabalho (conforme item 8.3) e documentos de habilitação (conforme item 8.5), nenhum outro será recebido, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados ao CONDEMAT.
- 9.4. **Etapa 3: Sessão pública de abertura do envelope de propostas**
 - 9.4.1. A sessão pública para abertura do envelope da proposta do plano de trabalho (ENVELOPE 01) será realizada no dia **14 de agosto de 2023, às 10:00 horas** na sede do CONDEMAT, situado na Av. Vereador

Narciso Yague Guimarães nº 1.145, 9º andar, sala 901, Edifício Helbor Corporate, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP.

- 9.4.2. Poderão participar da sessão pública os representantes das **OSCs** proponentes.
- 9.4.3. Os documentos extraídos do envelope 01- Proposta do plano de trabalho, serão rubricados pelos representantes das **OSCs** presentes e pelos membros da Comissão Especial de Seleção, sendo suspensa a sessão para análise das Propostas de Plano de Trabalho da(s) OSC(s), posterior aprovação das selecionadas e divulgação do resultado preliminar da pontuação.
- 9.4.4. Será lavrada ata da reunião de abertura do envelope Proposta de Plano de Trabalho, que será assinada pelos membros da Comissão Especial de Seleção, representantes das **OSCs** presentes e publicada no site do **CONDEMAT**.
- 9.4.5. Somente será aprovada a Proposta de Plano de Trabalho que estiver de acordo com os requisitos do artigo 22 da Lei Federal nº 13.019/2014 e com as condições constantes do TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital e anexos.
- 9.5. Etapa 4: Etapa competitiva de avaliação das Propostas de Plano de Trabalho pela Comissão Especial de Seleção.**
- 9.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão Especial de Seleção analisará e julgará as propostas de Plano de Trabalho apresentados pelas **OSCs** proponentes, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital e anexos para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção.
- 9.5.2. A análise e o julgamento de cada plano serão realizados pela Comissão Especial de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento, observados os critérios apresentados no presente edital de chamamento público.
- 9.5.3. A Comissão Especial de Seleção terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para conclusão do julgamento dos planos de trabalho e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 15 (quinze) dias.
- 9.5.3.1. Em havendo a dilação do prazo para conclusão do julgamento dos planos de trabalho, os demais prazos subsequentes serão revistos e divulgados na página do sítio eletrônico oficial do **CONDEMAT** na internet (www.condemat.sp.gov.br).
- 9.5.4. Os Planos de Trabalho deverão conter informações que atendam aos critérios de julgamento estabelecidos na **TABELA 01** abaixo.
- 9.5.5. A análise, avaliação técnica individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados na tabela a seguir:

TABELA 01

Crítérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação máx. por item
A) Clareza nas informações sobre ações a serem executadas, tanto para a implantação quanto para a execução do projeto, constando: <ul style="list-style-type: none"> • objetivos; • metas a serem atingidas; • indicadores que aferirão o cumprimento das metas; • prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de atendimento (6 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (4 pontos) - Grau parcialmente satisfatório (2 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0 ponto) <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 16, §2º, incisos II e III, do Decreto Federal nº 8.726/16.</p>	6 pontos
B) Adequação da proposta aos objetivos da política de saúde mental, ao público-alvo, do plano, programa e ação em que se insere a parceria.	<ul style="list-style-type: none"> - Grau pleno de adequação (4 pontos) - Grau satisfatório de adequação (2 pontos) - Grau parcialmente satisfatório (1 ponto) 	4 pontos

	- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 ponto). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014.	
C) Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno de descrição (3 pontos) - Grau satisfatório de descrição (2 pontos) - Grau parcialmente satisfatório (1 ponto) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0 ponto). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 16, §2º, inciso I, do Decreto Federal nº 8.726/16.	3 pontos
D) Capacidade técnico-operacional da entidade proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio, constando: <ul style="list-style-type: none"> • realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante. • Resultados alcançados • Período de execução 	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (4 pontos). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (2 pontos). - Grau parcialmente satisfatório (1 ponto) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019/14).	4 pontos
E) Adequação da proposta ao valor previsto no edital e qualidade do planejamento financeiro, com menção expressa ao valor global da proposta.	- O valor global proposto é até 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (3 pontos); - O valor global proposto é igual ao valor de referência (2 pontos); - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.	3 pontos
Pontuação Máxima Global		20 Pontos

9.5.6. A falsidade de informações nas Propostas / Planos de Trabalho, sobretudo com relação ao critério de julgamento (D), deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

9.5.7. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (D), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador (es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

9.5.8. Serão eliminados aqueles Planos de Trabalho:

- I. Cujas pontuação total for inferior a 11 (onze) pontos;
 - II. Que recebam nota "zero" nos critérios de julgamento (A), (B), (C), (D) ou (E);
 - III. Que não atenderem ou estejam em desacordo com as exigências do edital e seus anexos ou da legislação aplicável;
 - IV. Omissos ou vagos, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
 - V. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste edital;
 - VI. Com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão Especial de Seleção e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira do Plano de Trabalho, inclusive à luz do orçamento disponível.
- 9.5.9. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na **Tabela 01**, assim considerada a somatória das notas lançadas pela Comissão Especial de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.
- 9.5.10. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (D) ou (E). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.
- 9.6. Etapa 5: Divulgação do resultado preliminar e Interposição de recursos e contrarrazões aos recursos contra o resultado preliminar**
- 9.6.1. O resultado preliminar, com a ordem de classificação das Propostas de Plano de Trabalho e respectiva pontuação das OSC's selecionadas, será publicado no site oficial do **CONDEMAT** na internet (www.condemat.sp.gov.br).
- 9.6.2. As OSC's que quiserem poderão propor recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do referido resultado preliminar, devendo apresentar recurso administrativo até as 17hs, na sede do **CONDEMAT**, localizado na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145, Edifício Helbor Corporate, 9º andar, sala 901, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP, CEP: 08780-000.
- 9.6.3. Será dada ciência aos demais OSCs por meio de publicação no sítio oficial do **CONDEMAT** www.condemat.sp.gov.br, para apresentar, caso queiram, contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados imediatamente após o encerramento do prazo recursal e da publicação.
- 9.6.4. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.
- 9.6.5. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão responsável pela condução do processo de seleção.
- 9.6.6. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, solicitado por meio de ofício, assinado pelo representante legal da OSC e protocolado diretamente junto ao **CONDEMAT**, sito a Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145, Edifício Helbor Corporate, 9º andar, sala 901, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP, CEP: 08780-000, **no horário das 09h00 às 12:00 e 13:00 às 17h00**.
- 9.6.7. Os recursos interpostos serão analisados, apreciados e respondidos.
- 9.7. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão Especial de Seleção**
- 9.7.1. A Comissão Especial de Seleção julgará os eventuais recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, podendo reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado ao Sr. Presidente do **CONDEMAT**, com as informações necessárias à decisão final.
- 9.7.2. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.7.3. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo **máximo** de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente.

9.7.3.1. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

9.8. Etapa 7: Habilitação e Publicação do Resultado do Julgamento das Propostas de Plano de Trabalho

9.8.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o Presidente da Comissão Especial de Seleção, responsável pelo referido Chamamento Público, encaminhará o resultado do julgamento para homologação do Presidente do CONDEMAT e publicará o resultado final do julgamento das propostas, lavrado em ata, no site oficial do CONDEMAT www.condemat.sp.gov.br, contendo a lista classificatória da(s) OSC(s) cuja proposta de plano de trabalho foi aprovada e selecionada, com a respectiva pontuação.

9.8.1.1. A homologação do resultado preliminar, não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

9.9. Dos Prazos:

Etapa	Descrição da Etapa	Data / Prazo
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	12/07/2023
2	Envio das propostas pelas OSCs	até 14/08/2023 às 09h30min
3	Sessão pública de abertura do envelope de propostas	14/08/2023 às 10h00min

10. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

10.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

10.2. Etapa 1: Sessão pública de abertura do envelope de habilitação

10.2.1. A Comissão Especial de Seleção, na própria publicação do resultado final do julgamento das propostas, divulgará, no Diário Oficial do CONDEMAT, a data e hora da sessão pública de abertura do envelope de habilitação da OSC selecionada, na ordem de classificação, para comprovação do atendimento aos requisitos previstos no Edital e de que não incorre impedimentos legais de que trata o art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014.

10.2.2. Poderão participar da sessão pública os representantes das OSCs proponentes ou poderá se fazer representar por procurador, nos termos da Lei, outorgando-lhe poderes gerais para representação, bem como os especiais de assinar/rubricar todos os documentos de habilitação, emitir declarações, discordar, concordar, requerer e desistir dos prazos recursais.

10.2.3. No período entre a abertura da documentação e a assinatura do instrumento de parceria, as OSC's ficam obrigadas a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

10.2.4. As OSC's deverão comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

10.3. Etapa 2: Análise dos documentos de habilitação

10.3.1. A Comissão Especial de Seleção examinará os documentos de habilitação apresentado pela OSC selecionada, consistindo esta etapa na verificação formal do atendimento dos requisitos para a celebração da parceria, que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas no item 8.5, deste Edital.

10.3.2. Na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos, incluindo os exigidos nos artigos 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração da parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

10.3.3. Caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos no item 8.5 deste Edital.

10.3.4. O procedimento dos itens 10.3.2. e 10.3.3. será seguido sucessivamente, obedecendo a ordem de classificação, até que se conclua a seleção prevista no Edital.

10.4. Etapa 3: Regularização de documentação, se necessário

10.4.1. Caso se verifique a não conformidade nos documentos apresentados ou quando as certidões estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, regularizar a documentação, sob pena de não celebrar a parceria e ser imediatamente desclassificada.

10.5. Etapa 4: Publicação da ata de julgamento dos documentos de habilitação e interposição de recursos e contrarrazões

10.5.1. A ata de julgamento dos documentos de habilitação será publicada no site oficial do CONDEMAT www.condemat.sp.gov.br.

10.5.2. As OSC's que quiserem poderão propor recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do referido resultado de julgamento de habilitação, devendo apresentar recurso administrativo na sede do CONDEMAT, localizado na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145, Edifício Helbor Corporate, 9º andar, sala 901, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP, CEP: 08780-000 e será dada ciência aos demais OSC's por meio de publicação no sítio oficial do Condemat www.condemat.sp.gov.br, para apresentar, caso queiram, contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados imediatamente após o encerramento do prazo recursal e da publicação.

10.5.3. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

10.6. Etapa 5: Análise dos recursos pela Comissão Especial de Seleção

10.6.1. A Comissão Especial de Seleção julgará os eventuais recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, podendo reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, devidamente informado ao Sr. Presidente do Condemat, com as informações necessárias à decisão final.

10.6.2. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo **máximo** de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente.

10.6.2.1. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

10.7. Etapa 6: Publicação da Ata de resultado definitivo do Chamamento Público

10.7.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, será publicada a ata contendo o resultado definitivo deste Chamamento Público, no site oficial do CONDEMAT www.condemat.sp.gov.br.

10.8. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação dos documentos e plano de trabalho e anexos, a emissão do parecer técnico da Secretaria Executiva, (artigo 35, inciso V da Lei 13019/2014) e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

10.9. O parecer jurídico deverá vislumbrar a possibilidade ou não acerca da celebração da parceria (artigo 35, inciso VI da Lei 13019/2014).

10.10. Após aprovação do parecer técnico e do parecer jurídico, a autoridade poderá formalizar a parceria. No caso do parecer técnico ou jurídico concluíam sobre a possibilidade de celebração de parceria com ressalvas, deverá o Presidente do CONDEMAT sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

11. DAS DESPESAS REALIZADAS PELA OSC

11.1. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.1.1. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

- 11.2. As despesas com remuneração da equipe de trabalho deverão:
- I. Estar detalhadas no plano de trabalho;
 - II. Ser proporcionais ao tempo dedicado à parceria;
 - III. Ser compatíveis com o valor de mercado e observar os acordos e as convenções coletivas de trabalho;
 - IV. Nos casos em que a remuneração for parcialmente paga com recursos da parceria, deverão ser discriminadas em memória de cálculo de rateio da despesa para fins de prestação de contas, vedada à duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.
- 11.3. Para fins de garantia da transparência e efetividade do disposto neste artigo, a OSC deverá apresentar declaração informando sobre a existência de outras parcerias em desenvolvimento com o poder público.
- 11.4. As despesas das concessionárias de energia, água, gás, telefone, internet e similares deverão acompanhar informação de utilidade quantitativa e qualitativa ao objeto do projeto, visando à garantia de transparência na prestação de contas.
- 11.5. A OSC está obrigada a divulgar a prestação de contas mensal, em sítio eletrônico sob seu domínio, em atendimento à determinação do Tribunal de Contas do estado de São Paulo.
- 11.6. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014).
- 11.7. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONDEMAT, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do CONDEMAT.
- 11.8. Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada pela OSC mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 11.8.1. Os pagamentos serão realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço ou boleto bancário.
- 11.9. No que se refere às atividades de gerenciamento da OSC é vedado:
- I. Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pelo CONDEMAT;
 - II. Utilizar, ainda que em caráter emergencial sem autorização, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
 - III. Despesa em data anterior à vigência da parceria;
 - IV. Pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente pelo CONDEMAT;
 - V. Transferir recursos para clubes, associações de servidores, partidos políticos ou quaisquer entidades congêneres.
- 11.10. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou do CONDEMAT ou das administrações públicas municipais consorciadas ao CONDEMAT, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.

12. DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 12.1. Ao ingressar neste procedimento de Seleção, pleiteando a habilitação para a celebração de Termo de Colaboração, cada OSC adere automaticamente às condições estabelecidas neste edital e deve observar as diretrizes e normas emanadas do CONDEMAT e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 12.2. Fica vedado às Organizações da Sociedade Civil selecionadas e parceiras cobrar qualquer taxa ou serviço, como contraprestação aos atendimentos subvencionados por meio do Termo de Colaboração.
- 12.3. A entidade deverá abrir conta bancária específica para a transferência de eventual recurso, isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pelo Condemat, conforme prevê o art. 51 da lei 13.019/2014.

13. DA CONTRAPARTIDA

13.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

14. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 14.1. O CONDEMAT promoverá o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, de caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias., podendo valer-se do apoio técnico da Administração Pública Municipal dos consorciados no que for necessário.
- 14.2. A fiscalização se dará por meio de Comissão Monitoramento e Avaliação constituída por Portaria, em atendimento ao art. 58 da Lei Federal nº 13.019/14.
- 14.3. Cabe à comissão de monitoramento e avaliação homologar o relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração, emitido pelo CONDEMAT (art. 59 e art. 66, inciso I e II).
- 14.4. Será designado, por ato publicado em meio oficial de comunicação, um gestor da parceria, com poderes de controle e fiscalização.
- 14.5. É livre o acesso dos agentes das administrações públicas municipais consorciadas e do CONDEMAT, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto, conforme inciso XV do art. 42 da Lei 13.019/2014.
- 14.6. A prestação de contas deverá ser apresentada conforme orientações do Manual de Prestação de Contas e é obrigatória até o dia 20 do mês subsequente ao repasse.
- 14.7. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a OSC deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- 14.8. A prestação de contas também deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados;
- 14.9. A prestação de contas será avaliada pelo Gestor do Termo de Colaboração designada pelo CONDEMAT através de portaria, que verificará cumprimento dos depósitos dos fundos de provisão, a regularidade dos encargos trabalhistas e previdenciários, bem como a aplicação dos recursos conforme regras editadas pelo Consórcio.
- 14.10. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.
- 14.11. A OSC deverá cumprir com os dispositivos de transparência de seus atos consistentes na divulgação pela via eletrônica de todas as informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado, termos de ajustes, planos de trabalho, relação nominal dos dirigentes, valores repassados, lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas), os respectivos valores pagos, remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis, relatórios físico-financeiros de acompanhamento, regulamento de compras e de contratação de pessoal. (conforme Comunicado SDG nº 016.2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).
- 14.12. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram também dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.
- 14.13. As prestações de contas serão avaliadas:
- I. regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - II. regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
 - III. irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a) omissão no dever de prestar contas;
 - b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - c) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

- 14.14. A OSC selecionada fica obrigada a fornecer ao **CONDEMAT** todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades, incluindo os relatórios de prestação de contas constantes no Manual de Prestações de Contas.
- 14.15. Verificando-se o não cumprimento das metas mínimas estabelecidas nas diretrizes, o **CONDEMAT** notificará a OSC e fará repasse mensal proporcional a utilização devida dos recursos empregados.
- 14.16. Persistindo o não cumprimento do mínimo da meta estabelecida no mês subsequente, o **CONDEMAT** cancelará o contrato e fará o chamamento daquela imediatamente mais bem classificada para dar continuidade da execução do serviço.
- 14.17. Não havendo outra(s) entidade(s) classificada(s) para a execução do referido serviço, poderá ser aberto um novo edital de chamamento para retomar as atividades.
- 14.18. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto conforme despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho;
- 14.19. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **CONDEMAT** por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

15. DAS PENALIDADES

- 15.1. Pela execução da parceria em desacordo com a proposta de Plano de Trabalho, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e com o Termo de Colaboração, o **CONDEMAT** poderá, garantindo defesa prévia, aplicar à **OSC** as seguintes sanções:
 - a. Advertência;
 - b. Suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - c. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **OSC** ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 15.1.1. A sanção de advertência tem caráter educativo e preventivo e será aplicada quando verificadas irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa, e é de competência do gestor da parceria.
- 15.1.2. A sanção de suspensão temporária deverá ser aplicada nos casos em que for verificada fraude na celebração, na execução ou na prestação de contas da parceria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos, e é exclusiva competência do Secretário Executivo.
- 15.1.3. A aplicação das penalidades previstas neste artigo poderá ser cumulativa a outras medidas civis, penais e administrativas cabíveis.
- 15.1.4. A responsabilidade da **OSC** será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

16. DA RESCISÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

- 16.1. Os partícipes poderão rescindir o Termo, a qualquer tempo, de comum acordo ou unilateralmente, devendo, neste último caso, ser a rescisão formalizada, mediante comunicação com prova de recebimento e antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, conforme disposto no inciso XVI, do art. 42, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
- 16.2. Constitui motivo para rescisão do Termo de Colaboração pelo **CONDEMAT**, o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou das normas estabelecidas na legislação vigente, pela superveniência de

norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável e, exemplificativamente, quando constatadas as seguintes situações:

- I. O inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;
 - II. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
 - III. Constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;
 - IV. A rejeição das contas apresentadas pela OSC;
 - V. Pelo fornecimento intencional de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo CONDEMAT;
 - VI. Pela não entrega dos relatórios e prestação de contas mensais;
 - VII. Pela subcontratação, transferência ou cedência, total ou parcial do objeto do termo de colaboração a outras OSCs;
 - VIII. Pela falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da OSC;
 - IX. Pela paralisação ou execução lenta das atividades, sem justa causa;
 - X. Pela demonstração de incapacidade, desaparecimento, imperícia técnica ou má-fé;
 - XI. Pelo cometimento de reiteradas irregularidades na execução das atividades contidas no Termo de Colaboração;
 - XII. Pelo não recolhimento de tributos em geral e encargos trabalhistas, sociais e previdenciários relativos aos seus funcionários; e
 - XIII. Pelo desatendimento às determinações emanadas do CONDEMAT, relativamente à execução das atividades de responsabilidade;
- 16.3. A rescisão da parceria, na forma do item anterior, enseja a imediata instauração das medidas cabíveis ao caso, podendo incluir sindicância e tomada de contas especial.
- 16.4. A OSC, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, restituirá os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, ao CONDEMAT no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.
- 16.5. A rescisão do Termo deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. O presente Edital será divulgado no Diário Oficial do CONDEMAT e no Diário Oficial do Estado de São Paulo com prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação dos planos de trabalho e documentos de habilitação, contado da data de publicação do Edital.
- 17.2. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência de até 10 (dez) dias da data limite para envio dos planos de trabalho e documentações, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@condemat.sp.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados, de igual forma, pela Comissão Especial de Seleção.
- 17.3. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência de até 10 (dez) dias da data limite para envio dos planos de trabalho e documentações, pessoalmente na sede do CONDEMAT, localizada na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1.145, Edifício Helbor Corporate, 9º andar, sala 901, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP, CEP: 08780-000. A resposta às impugnações caberá a Comissão Especial de Seleção.
- 17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 17.5. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação dos Planos de Trabalho ou o princípio da isonomia.

- 17.6. O CONDEMAT resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, através da Comissão Especial de Seleção e, em última instância, pelo Presidente do CONDEMAT, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública.
- 17.7. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.
- 17.8. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei Federal nº 13.019/14.
- 17.9. O CONDEMAT não cobrará das entidades concorrentes quaisquer taxas para participar deste Chamamento Público.
- 17.10. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das OSC's concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte do CONDEMAT.
- 17.11. A participação no presente chamamento implica concordância tácita, por parte dos interessados, de todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas deste termo de colaboração já estabelecidas.
- 17.12. Para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da presente parceria, é obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura do CONDEMAT.
- 17.13. Fica eleito o Foro da Comarca de Mogi das Cruzes, SP, para dirimir litígios resultantes deste Edital.
- 17.14. Constituem anexos do presente Edital, dele sendo parte integrante:
- ANEXO I - Termo de Referência
 - ANEXO II - Plano de Trabalho
 - ANEXO III - Modelo de Ofício de Requerimento ao Presidente da Comissão Especial de Seleção
 - ANEXO IV – Declaração de Ciência e Concordância
 - ANEXO V– Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;
 - ANEXO VI - Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos
 - ANEXO VII – Declaração de Capacidade Técnica e Operacional
 - ANEXO VIII - Declaração e Relação dos Dirigentes da Entidade
 - ANEXO IX - Declarações
 - ANEXO X - Certidão Contendo o Nome do Contador Responsável pela Entidade e Respectiva Cópia da Certidão de Regularidade do Conselho Regional de Contabilidade
 - ANEXO XI - Certidão Contendo o Nome do Gestor Responsável pelo Controle Administrativo, Financeiro e de Execução da Parceria.
 - ANEXO XII - Minuta do Termo de Colaboração

Mogi das Cruzes, 11 de julho de 2023.

CAIO CESAR MACHADO DA CUNHA
Presidente do CONDEMAT

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Chamamento Público a Seleção de Organização da Sociedade Civil para a implantação, operacionalização e administração de **01 (um) Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência- Casa Abrigo**, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, capacidade de 20 vagas, sendo mulheres em risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos (as) menores de 18 anos, por um período determinado (em geral de 90 até 180 dias), em casos previamente avaliados e encaminhados pelos municípios consorciados ao CONDEMAT, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Poá, nos termos do Edital e seus Anexos e em conformidade com as disposições da CF 88, das Leis nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, , atualizada pela Lei 12.345/11, Lei 13.019/14 , Decreto nº. 8.726/2016, Resolução CNAS nº. 109/2009 e Resolução SEDS nº 67/2022.

1.2. Da Verba de Custeio

1.2.1. A verba de custeio destina-se ao pagamento de recursos humanos, prestação de serviços pessoa física e jurídica, contas de consumo, impostos, tarifas públicas, recolhimentos a órgãos técnicos e sindicais, insumos (alimentação, rouparia, material de higiene, limpeza e escritório) transporte e medicamentos não fornecidos pela Rede Básica de Saúde, com a finalidade de manter a infraestrutura necessária ao funcionamento do serviço.

1.2.2. A OSC será responsável por reservar em conta associada específica os valores referentes à provisão de férias, décimo terceiro salário e encargos rescisórios constituindo Fundo de provisão para despesas trabalhistas.

1.3. Da Verba de Implantação

1.3.1. A verba de implantação destina-se a aquisição de equipamentos, mobília, utensílios e materiais permanentes para início do Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência- Casa Abrigo.

1.4. A OSC será responsável pela locação do imóvel, bem como pelos pagamentos dos aluguéis destes enquanto perdurar a contratação.

1.5. A OSC deverá implantar o Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência – Casa Abrigo, no prazo de até **30 dias** após assinatura do Termo de Colaboração.

1.6. O CONDEMAT estabelecerá as diretrizes para a implantação do Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência- Casa Abrigo.

1.7. A descrição detalhada dos serviços a serem contemplados para o Termo de Colaboração, bem como as metas para cada um dos procedimentos e detalhamentos da aplicação dos recursos financeiros deverão estar contempladas no plano de trabalho.

2. DIRETRIZES TÉCNICO-OPERACIONAIS.

2.1. As Organizações da Sociedade Civil deverão estar alinhadas com os princípios da Resolução CNAS 109/2009, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, bem como pelas Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência.

2.2. Definição do Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência – Casa Abrigo:

2.2.1. Os Serviços de Acolhimento Institucional para Mulheres em situação de Violência são de caráter sigiloso, sediados em residências privadas, destinadas a mulheres em risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos(as) menores de 18 anos, que precisaram sair de seu território de origem, visando garantir sua integridade física e psicológica, e que permanecerão acolhidas por um período determinado, que varia, em média, de 90 (noventa) a 180 (cento e oitenta) dias, conforme avaliação técnica.

- 2.2.2.** As Casas Abrigo para Mulheres são parte integrante da Política Nacional de Desenvolvimento Social. Esses dispositivos, inseridos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social/SUAS, são centrais no processo de preservação da integridade física e psicológica da mulher em situação de violência e seus filhos menores de 18 anos.
- 2.2.3.** Nas Casas abrigo o cuidado deve estar organizado em um Projeto que, segundo as diretrizes da legislação vigente, deve conter ações que favoreçam o desenvolvimento da autonomia das moradoras, em direção à reabilitação social, autonomia, trabalho, inclusão em programas sociais e geração de renda para o período pós-acolhimento.
- 2.3. Especificidade Geral do Serviço de Casas Abrigo para Mulheres**
- 2.3.1.** As Casas Abrigo são moradias de localização sigilosa, em sistema de gestão coletiva que compõem os Serviços Tipificados de Proteção Social Especial de Alta Complexidade no âmbito do SUAS.
- 2.3.2.** Configuram-se como casas inseridas na comunidade, porém com endereço e caráter sigiloso, tendo em vista as especificidades da preservação da vida, destinadas a mulheres em situação de violência, acompanhadas ou não de seus filhos(as).
- 2.3.3.** Terá como função primordial o acompanhamento no contexto de resgate da integridade física e mental da mulher, visando estabelecer, fortalecer e ampliar o protagonismo de sua vida, através de recursos sociais, comunitários, de saúde, de trabalho e de lazer para a consolidação de projeto de independência pessoal pós-acolhimento.
- 2.3.4.** Cabe ao Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres – Casa Abrigo:
- I.** Garantir assistência as mulheres em situação de violência acompanhadas ou não de seus filhos(as), que estejam em risco de morte e precisem ser retiradas de seu território de origem;
 - II.** Promover a reinserção destas mulheres à vida comunitária;
 - III.** A OSC deverá, dentre outras atribuições:
 - a)** Gerenciar a equipe de acompanhamento e apoio a Casa Abrigo;
 - b)** Participar da elaboração junto ao CREAS do Relatório de Entrada e posteriormente de Saída da mulher acolhida na Casa Abrigo;
 - c)** Acompanhar as moradoras em conjunto com os serviços de desenvolvimento social de referência, quando necessário;
 - d)** Trabalhar com as equipes multiprofissionais de referência;
 - e)** O prestador deverá implantar, gerir e administrar o Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência – Casa Abrigo.
- 2.4. Justificativa**
- 2.4.1.** Este Chamamento Público justifica-se pelas condições descritas a seguir, considerando:
- I.** Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Assim preconiza o Artigo 3º. da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU – Organização das Nações Unidas em 1948;
 - II.** Sabe-se que a violência contra a mulher, no Brasil e no mundo, é questão cultural antiga, arraigada pelos costumes de hegemonia patriarcal, e que vem, por séculos, cerceando a vida e a autonomia de milhares de mulheres, das formas mais sutis as mais ostensivas de perseguições e mal tratos;
 - III.** Que os crescentes índices de violência contra a Mulher motivaram a criação da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006, que veio coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher;
 - IV.** Que o Brasil é o quinto país onde mais se cometem assassinatos contra mulheres em todo o mundo (Mapa da Violência 2015); que uma mulher é estuprada a cada onze minutos no Brasil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2017); que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil (FBSP, 2017);
 - V.** Que à mulher em situação de violência doméstica e familiar é devida a assistência articulada pelos princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social, do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, conforme o artigo 9º. da Lei 11.340/2006.
 - VI.** Que diante destes marcos e pelos riscos sociais encontrados pelas mulheres em situação de violência, a Assistência Social, através da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), instituiu a

Casa Abrigo como um serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que oferece moradia subsidiada a mulheres em situação de violência acompanhadas ou não de seus filhos;

VII. A abertura do presente Chamamento Público justifica-se devido à ausência de oferta do serviço de proteção social especial de alta complexidade na modalidade acolhimento institucional para mulheres em situação de violência, de forma regionalizada, no território do Consórcio, observando o número significativo de mulheres nesta exposição; razão pela qual se faz necessária a existência de um serviço que ofereça moradia sigilosa e apoio especializado.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivos Gerais da Parceria

3.1.1. Garantir a assistência integral, para as moradoras da Casa Abrigo, oriundas dos municípios consorciados.

3.2. Objetivos Específicos da Parceria:

3.2.1. Propor ações que favoreçam a inserção (ou reinserção) social das usuárias à vida comunitária;

3.2.2. Facilitar a emancipação da capacidade de gerenciar sua própria vida;

3.2.3. Garantir a manutenção da usuária em tratamento psicossocial, na rede de desenvolvimento social;

3.2.4. Estimular a participação e responsabilidade da usuária no processo de emancipação;

3.2.5. Atuar de forma articulada com a rede comunitária para o estabelecimento de parcerias que beneficiem a usuária no desenvolvimento pessoal e profissional, no período pós-abrigamento;

3.2.6. Desenvolver ações integradas com o CREAS e demais serviços municipais que tenham necessidade.

4. DIRETRIZES DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. A Casa Abrigo deve acolher o número máximo de 20 (vinte) pessoas em caráter de moradia sigilosa, configurando-se como um serviço ininterrupto, 24 horas, com ingresso regulado pelo **CONDEMAT**.

4.2. A Casa Abrigo deve promover a reinserção da usuária nos espaços da cidade e a reconstrução da autonomia, independência e referências familiares, quando possível, no período pós-abrigamento.

4.3. A Casa Abrigo deve estar comprometida em garantir o acesso das usuárias e seus filhos(as) menores de 18 anos, aos demais serviços de saúde, educação, desenvolvimento social e promoção da cidadania, conforme as especificidades de cada caso.

4.4. A Casa Abrigo deve ser implantada e organizada em imóvel de dimensões adequadas, conforme normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para abrigar o número de 20 mulheres e seus filhos de menor idade, em local que favoreça a segurança e o sigilo, observando:

I. Espaço para dormitórios, onde a mulher possa acomodar seus pertences pessoais, mantendo o vínculo familiar e garantindo sua privacidade, 4 por dormitório, podendo este número chegar até 6;

II. Espaços de convivência coletiva (salas de reuniões, grupos e oficinas);

III. Espaços para o refeitório e cozinha coletiva;

IV. Espaço para recreação das crianças, preferencialmente contando com áreas externas;

V. Local adequado ao atendimento de primeiros socorros, guarda de medicamentos e outras ações de profilaxia em saúde;

VI. Espaço para lavanderia coletiva;

VII. Dependências sanitárias compatíveis com o número de pessoas abrigadas;

VIII. Adequação da estrutura do imóvel aos portadores de necessidades especiais, garantindo a acessibilidade;

IX. Espaço adequado para a equipe técnica e administrativa, resguardando o sigilo relativo às usuárias do serviço;

X. Infraestrutura administrativa de comunicação e de transporte.

5. DO PLANO DE TRABALHO

5.1. O Plano De Trabalho deverá conter, no mínimo:

I. Descrição da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo

entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas;

II. Descrição pormenorizada das metas quantitativas e atividades;

III. Descrição da metodologia de trabalho para atingir as metas e objetivos propostos, devendo estar claro o pretendido e como será realizado;

IV. Forma e prazo para a execução das atividades e o cumprimento das metas;

V. Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

VI. Plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo CONDEMAT;

VII. Estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas dos colaboradores contratados para atuar diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto;

VIII. Valores a serem repassados, mediante cronograma de desembolso compatível com os gastos das etapas vinculadas às metas do cronograma físico.

6. EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA PARA O SERVIÇO CASA ABRIGO PARA MULHERES

- 6.1. Este tipo de serviço deve acolher no máximo 20 (vinte) moradores (mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de seus filhos), não podendo exceder este número.
- 6.2. A Casa Abrigo deverá estar vinculada a um serviço/equipe de assistência social de referência (CREAS), de acordo com o território de acolhida da referida mulher, sendo o mesmo responsável pelo suporte técnico profissional necessário ao serviço de acolhimento institucional.
- 6.3. A equipe da Casa Abrigo deve ser multiprofissional e preferencialmente composta por profissionais mulheres, visando promover a maior acolhida, representatividade e identificação das usuárias do serviço.
- 6.4. A equipe mínima do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo deverá estar em conformidade com a NOB-RH/SUAS, e atualizações.
- 6.5. Compõem a equipe da Casa Abrigo:

SAI para mulheres em situação de Violência – Casa Abrigo – Capacidade 20 moradores.			
Cargo	Quantidade	Formação	Carga Horária Semanal
Coordenadora	01	Ensino Superior	40 horas
Psicóloga	01	Ensino Superior	40 horas
Assistente Social	01	Ensino Superior	30 horas
Auxiliar Administrativa	01	Ensino Médio	40 horas
Educadoras Sociais	05	Ensino Médio	12h/36horas
Cozinheira	01	Ensino Fundamental	40 horas
Auxiliar de Serviços Gerais	01	Ensino Fundamental	40 horas
Motorista	01	Ensino Fundamental	40 horas

6.6. Perfil técnico e atribuições dos profissionais:

6.5.1. Coordenadora.

I. A Coordenadora deverá ser profissional de nível superior, devidamente comprovado através de apresentação de diploma e registro profissional ativo no Estado de São Paulo, com amplo conhecimento

na temática de gênero e/ou violência contra a mulher, em gestão de equipes e gestão administrativa de serviço de atendimento

II. Exerce a função de supervisão e organização da equipe de colaboradores, do projeto de ação do serviço, estando sempre atenta, inclusive, à dinâmica de cada moradora e suas relações na casa.

III. Atua como interlocutora e responsável no cuidado junto a diferentes atores da rede de serviços.

IV. É responsável por questões administrativas que envolvem tomadas de decisão sobre a sistematização do funcionamento cotidiano da casa.

V. Elaborar, junto com a equipe técnica, o projeto de ação do serviço.

VI. Participa da organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos

VII. Articula junto aos serviços da rede local e parceiros;

VIII. Produz relatório mensal de cada morador e da casa, através de Preenchimento de Instrumental de acompanhamento mensal dos moradores.

IX. Produz relatórios e mantém atualizado banco de dados sobre o público atendido e as atividades realizadas;

X. Comunica ao CONDEMAT e Comissão de Monitoramento e Avaliação e qualquer intercorrência com as moradoras da casa e colaboradoras;

XI. Mantém-se atualizada em relação às legislações específicas, notas técnicas, produções científicas, relatos de experiência, entre outras contribuições que possam favorecer a boa prática dos serviços;

XII. Participa em atividades de capacitação que venham a agregar conhecimento técnico e reflexivo, agregando valor qualitativo ao trabalho;

XIII. Oferece suporte à equipe interdisciplinar através de encontros periódicos coletivos para discussão de casos, de literatura técnica relacionada à temática do trabalho e outros recursos afins que possibilitem pensar as atividades, ações e cuidados dispensados.

XIV. Envia mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente, ao CONDEMAT: relatório mensal de acompanhamento/atividades de cada moradora, a partir do Instrumental de acompanhamento mensal das moradoras.

XV. Planilha de controle/Relatório mensal de utilização dos recursos incluídos os comprovantes, como notas fiscais, recibos, extratos bancários, entre outros pertinentes a comprovação da utilização dos recursos.

XVI. A escala dos cuidadores, bem como, a avaliação de desempenho;

XVII. A descrição das atividades de educação permanente realizadas no mês;

6.5.2. Equipe Técnica – Psicóloga.

I. A Psicóloga deve possuir ensino superior concluído e possuir registro profissional ativo no Conselho Regional de Psicologia e experiência comprovada na temática de gênero;

II. Realizar atendimento psicossocial, identificando e orientando demandas na sua área de especialidade em conjunto com a equipe interdisciplinar;

III. Orientar e encaminhar as usuárias para acesso a serviços e programas;

IV. Realizar interlocução com demais serviços para o atendimento;

V. Elaborar relatórios sobre o atendimento e fornecer suporte e informações para coordenação do serviço;

VI. Participar da discussão de casos com os demais membros da equipe técnica e/ou com outros serviços;

VII. Realizar e participar de atividades sobre os direitos das mulheres caso solicitado pela Coordenação.

6.5.3. Equipe Técnica – Assistente Social.

I. A Assistente Social deve possuir ensino superior concluído e possuir registro profissional ativo no Conselho Regional de Serviço Social e experiência comprovada na temática de gênero;

II. Realizar atendimento social, identificando e orientando demandas na sua área de especialidade em conjunto com a equipe interdisciplinar;

- III. Orientar e encaminhar as usuárias para acesso a serviços e programas;
- IV. Realizar interlocução com demais serviços para o atendimento;
- V. Elaborar relatórios sobre o atendimento e fornecer suporte e informações para coordenação do serviço;
- VI. Participar da discussão de casos com os demais membros da equipe técnica e/ou com outros serviços;
- VII. Realizar e participar de atividades sobre os direitos das mulheres caso solicitado pela Coordenação.

6.5.4. Auxiliar Administrativa.

- I. Executar atividades de caráter administrativo e tarefas gerais de suporte à equipe a fim de garantir o registro e acompanhamento do trabalho e a infraestrutura essencial para a prestação dos serviços.

6.5.5. Educadoras Sociais.

- I. A Educadora Social deve possuir ensino médio, preferencialmente com experiência no cuidado de crianças e adolescentes e com formação em andamento nas áreas de pedagogia, psicologia, ou serviço social;
- II. Desenvolver atividades lúdicas, pedagógicas e de sensibilização com as mulheres e seus dependentes acolhidos;
- III. Fazer o acompanhamento das mulheres e seus dependentes em atividades externas, quando necessário;
- IV. Realizar plantão noturno de serviço;
- V. Elaborar relatórios sobre o atendimento e fornecer suporte e informações para a coordenação do serviço;
- VI. Participar da discussão de casos com os demais membros da equipe técnica e/ou outros serviços.

6.5.6. Cozinha.

- I. A Cozinha deve possuir ensino fundamental, com experiência na função;
- II. Preparar as refeições servidas às pessoas acolhidas no serviço.

6.5.7. Auxiliar de Serviços Gerais.

- I. A Auxiliar de Serviços Gerais deve possuir ensino fundamental;
- II. Executar serviços de higienização, limpeza, organização e manutenção do espaço.

6.5.8. Motorista.

- I. O(a) motorista deve ser profissional com formação de no mínimo nível fundamental, devidamente habilitado(a) ao exercício de atividade remunerada e com habilitação há pelo menos 5 (cinco) anos, bem como experiência comprovada de pelo menos 2 (dois) anos no exercício de funções de transporte, conforme Resolução CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014;
- II. Responsável por transportar as equipes de referência, profissionais e pessoas usuárias da Casa Abrigo;
- III. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo;
- IV. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas.

- 6.7. A OSC selecionada deve garantir em conformidade com a legislação contratação de funcionários, através de processo seletivo, que garanta a seleção de candidatos adequados ao perfil pretendido, para atuar no desenvolvimento das ações e atividades ligadas a rede de cuidados e acompanhamento terapêutico, apoio e controle.
- 6.8. A OSC se responsabilizará pela convocação pública para o processo seletivo, priorizando moradores do território, constando a experiência necessária para o preenchimento da vaga, bem como salários e benefícios.
- 6.9. Deverá ser realizado cadastro reserva para eventuais contratações emergenciais de novos profissionais para a casa.

- 6.10. A OSC deve substituir profissional que não se adeque as atividades exercidas, inclusive, considerando eventuais apontamentos de fiscalização da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e proceder à nova contratação através de novo processo seletivo ou preenchimento de vaga pelo cadastro reserva.
- 6.11. O desligamento do coordenador, quando realizado pela OSC, deverá ser comunicado para o CONDEMAT, Comissão de Monitoramento e Avaliação no prazo de até 24 horas, com justificativa por parte da OSC e realizada nova contratação mediante novo processo seletivo ou preenchimento de vaga pelo cadastro reserva. No caso de demissão ou afastamento do profissional coordenador da Casa Abrigo, a OSC contratada indicará imediata e formalmente o responsável pela coordenação até a efetiva substituição.
- 6.12. A OSC deve promover e contribuir para o aperfeiçoamento dos profissionais contratados, adotando uma gestão de incentivo a capacitação e desenvolvimento pessoal.
- 6.13. No que tange ao gerenciamento de Recursos Humanos a OSC deve:
- a) Garantir o pagamento de todos os profissionais contratados à prestação dos serviços;
 - b) Apresentar ao gestor do termo de colaboração, até o dia útil imediatamente anterior ao início da execução dos serviços, lista contendo os nomes e números dos documentos pessoais inclusive, quando for o caso, do registro no conselho de classe dos profissionais envolvidos diretamente na execução dos serviços;
 - c) Manter, durante toda a execução da parceria os mesmos critérios de seleção de pessoal exigidos quando do primeiro processo, sempre que houver alteração no quadro de pessoal;
 - d) Manter, durante toda a execução da parceria, as mesmas condições de habilitação exigida quando do processo de seleção, notadamente quanto à regularidade fiscal e idoneidade financeira;
 - e) Zelar pela qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
 - f) Promover treinamentos em segurança do trabalho e prevenção de acidentes, adotando política preventiva;
 - g) Substituir imediatamente profissional em caso de falta, férias, licença médica etc.;
 - h) A OSC será responsável por reservar em conta associada específica os valores referentes à provisão de férias, décimo terceiro salário e encargos rescisórios, inclusive FGTS, constituindo fundo de provisão para despesas trabalhistas.
 - i) Que o controle de frequência dos colaboradores da OSC na Casa Abrigo seja preferencialmente por registro biométrico.
 - j) Fornecer Equipamento de Proteção Individual – EPIs aos colaboradores, mantendo registro através de Ficha de Recebimento de EPIs.
- 6.14. A OSC deve apresentar ao CONDEMAT e à Comissão de Monitoramento e Avaliação o **Plano e Cronograma Anual de Educação Permanente** que contemple os profissionais que atuam na Casa Abrigo, até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do termo de colaboração, devendo contemplar:
- a) Realização de reunião de equipe com frequência mensal;
 - b) As reuniões devem abordar o aprimoramento técnico, a organização do processo de trabalho e a organização administrativa da Casa Abrigo;
 - c) Elaborar estratégias de qualificação permanente da equipe para o cuidado psicossocial;
 - d) Participar das atividades de Educação Permanente promovidas pelas Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social;
 - e) O Plano Anual de Educação Permanente deverá estar em consonância com as diretrizes do SUAS e das Coordenações Municipais de Desenvolvimento Social;
 - f) Participar de reuniões quando necessário;
7. **DAS COMPETÊNCIAS**
- 7.1. Compete a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**:
- I. Estar devidamente habilitada conforme Lei 13.019/2014;
 - II. Implantar o Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência – Casa

Abrigo, no prazo de até **30 dias** após assinatura do Termo de Colaboração.

- III. Executar os serviços de forma ininterrupta, inclusive feriados, 24 horas por dia;
- IV. Manter a moradia vinculada à rede pública de serviços municipais, prioritariamente ao CREAS da região onde a Casa Abrigo está instalada;
- V. Manter serviço de vigilância 24h para o Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência – Casa Abrigo;
- VI. Disponibilizar veículo para ações que necessitem o transporte da mulher acolhida, seus dependentes e profissionais da Casa Abrigo, bem como servidores dos serviços de referência; de forma ininterrupta.
- VII. Implementar o pleno funcionamento do Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência, sendo o local sigiloso, com funcionamento em regime de cogestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias e da casa abrigo;
- VIII. Auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima, sua integração à vida na cidade, criando uma rede de proteção social, comunitária, de saúde, de trabalho e lazer, para integração social da usuária e seus filhos(as), quando houver, de acordo com a sua singularidade e história;
- IX. Garantir a integridade física e emocional das mulheres;
- X. Deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para as usuárias e seus filhos(as) e/ou dependentes quando estiver sob sua responsabilidade;
- XI. Realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos assistenciais necessários;
- XII. Atender as moradoras e seus filhos(as) com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços;
- XIII. Manter todas as condições (manutenção) necessárias para o funcionamento da Casa Abrigo: instalações físicas, medicamentos não presentes na Rede Pública de Saúde, equipamentos/mobiliário, transporte, higienização adequada das unidades, profissionais, roupa de cama, alimentação, insumos e, outros estipulados pelo **CONDEMAT**, de acordo com Plano de Trabalho, Termo de Referência e Edital de Chamamento Público;
- XIV. Executar as atividades pactuadas, de acordo com o estipulado no presente termo e respectivo Plano de Trabalho, e em conformidade com as orientações e diretrizes técnicas fixadas em conjunto com a Comissão de Monitoramento e Avaliação do **CONDEMAT** no desenvolvimento dos trabalhos;
- XV. Respeitar as normas definidas quanto ao fluxo para encaminhamento das usuárias, visando garantir o bom atendimento às mesmas;
- XVI. Fornecer todas as informações quando solicitadas pelo **CONDEMAT**;
- XVII. Elaborar relatório mensal, sintético e analítico, dos serviços executados e relatório de Entrada e posteriormente de Saída, de cada mulher acolhida na Casa Abrigo;
- XVIII. Elaborar mensalmente as prestações de contas, bem como apresentar todos os documentos constantes no manual de prestação de contas do terceiro setor do **CONDEMAT**.
- XIX. Encaminhar mensalmente, com o documento fiscal, os seguintes documentos: cópias das Folhas de Pagamento dos funcionários; guias GPS - Guia Recolhimento da Previdência Social; Guia de Fundo de Garantia - FGTS referente ao mês anterior, e demais documentos pertinentes que serão requisitados posteriormente;
- XX. Comunicar de imediato ao **CONDEMAT** a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do termo de colaboração;
- XXI. Comunicar aos familiares ou responsáveis legais, conforme informação constante em cadastro da mulher acolhida, bem como ao **CONDEMAT** a(s) intercorrência(s) grave(s), acidente(s), evasão, transferência ou falecimento de beneficiária do programa, no máximo 24 horas após a ocorrência;
- XXII. Em caso de urgência/emergência médica acionar o serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) para o encaminhamento da moradora à Unidade de Saúde (UPA, PS, PA ou Hospital mais próximo) que deverá ser acompanhada pelo profissional responsável e/ou coordenador, em serviço no momento da ocorrência.
- XXIII. Articulação permanente com os órgãos de Segurança Pública existentes no território da Casa Abrigo,

uma vez que a situação de abrigamento pressupõe grave ameaça e risco de morte, o serviço deverá estabelecer parcerias formais com a Segurança Pública para garantir a proteção da mulher abrigada e de seus filhos, bem como a garantia de seus direitos;

XXIV. Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, ou por falhas relativas à prestação dos serviços que seus agentes, nessa qualidade, causarem às moradoras e/ou seus dependentes, aos órgãos do SUAS e a terceiros a estes vinculados, bem como, aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;

XXV. Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas às moradoras e seus dependentes, com assinatura de termo de sigilo para todos os colaboradores da Casa Abrigo;

XXVI. Quanto à alimentação, deverão ser ofertadas, no mínimo 5 refeições diárias (café da manhã, almoço, café da tarde, jantar e ceia), sendo garantida a alimentação adequada para moradoras e seus dependentes que apresentem doenças metabólicas e outras, avaliadas por profissional competente da Rede Pública de Saúde (diabéticos, insuficiência renal crônica, hipertensos, etc.);

XXVII. A OSC não poderá cobrar da moradora ou de seus familiares qualquer complementação aos valores repassados;

XXVIII. Permitir a realização de vistorias técnicas pelos técnicos indicados pelo CONDEMAT para averiguação e fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações do Termo, podendo ser realizadas visitas a qualquer momento que o CONDEMAT julgar necessário, devendo a OSC disponibilizar toda a documentação requisitada formalmente.

XXIX. As irregularidades apontadas deverão ser sanadas nos prazos estabelecidos pelo CONDEMAT, conforme a complexidade do apontamento, devendo a OSC regularizá-las. Nova vistoria será realizada para verificação do atendimento das exigências, e caso não sejam sanadas as irregularidades apontadas, a Comissão de Monitoramento e Avaliação encaminhará ao setor competente para a aplicação das sanções cabíveis.

XXX. Dar livre acesso ao CONDEMAT, ao controle interno e ao Tribunal de Contas, à documentos e, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

XXXI. Apresentar o Croqui da Casa Abrigo, indicando a disposição dos ambientes comuns e dormitórios para atendimento das 20 vagas ofertadas pela Casa Abrigo;

XXXII. Será vedada a cobrança por serviços médicos, psiquiátricos e outros complementares às moradoras e seus dependentes, exceto na ausência destes profissionais no SUS;

XXXIII. Garantir tratamento medicamentoso, mediante prescrição médica, disponibilizados pela Rede Municipal de Saúde e/ou pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Alto Custo) da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e, na ausência destes, mediante negativa destes serviços, providenciar a compra com recurso de custeio;

XXXIV. Acompanhar o pós-abrigamento junto ao CREAS, mediante prévia articulação e negociação no âmbito da rede de atendimento local. No desabrigamento, é fundamental que a Casa Abrigo e os Centros de Referência articulem estratégias conjuntas para garantir à mulher acesso à habitação (auxílio aluguel) e ao trabalho, à inclusão em programas sociais e de geração de renda, etc.

XXXV. Responsabilizar-se pela preservação, conservação e manutenção dos equipamentos e móveis pertencentes ao patrimônio público que eventualmente sejam adquiridos, disponibilizados ou cedidos para a consecução do objeto, conforme Plano de Trabalho;

XXXVI. Adquirir equipamentos, materiais e serviços mediante cotações em no mínimo 03 (três) estabelecimentos comerciais evidenciando a vantajosidade da compra, conforme legislação pertinente à questão e de acordo com o Regulamento de Compras da Organização;

XXXVII. Responsabilizar-se pelos custos, gerenciamento e contratação de serviços de prestação continuada de concessionárias (água, energia, telefonia, GLP, etc.) e conectividade (internet), e impostos/tributos em geral, gêneros alimentícios, conforme Plano de Trabalho;

XXXVIII. Tomar medidas necessárias para evitar falhas e erros, promover atualizações e treinamentos

contínuos para os profissionais da equipe, conforme Plano de Trabalho;

XXXIX. Garantir manutenção preventiva e corretiva de toda a estrutura física, mobiliário, equipamentos e utensílios, possibilitando a continuidade do convívio em condições adequadas, conforme Plano de Trabalho;

XL. A OSC deverá fornecer informações para que o município sede mantenha atualizado os cadastros municipais, estaduais e federais que regulamentem os Serviços de Acolhimento Institucionais de Alta Complexidade;

XLI. Manter escrituração contábil regular;

XLII. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

XLIII. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XLIV. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

XLV. Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

XLVI. Enviar ao CONDEMAT relatórios sobre o controle da manutenção e segurança das instalações físicas, devendo informá-lo prontamente sobre pendências ou irregularidades como também as devidas providências adotadas;

XLVII. Quanto às estratégias de cuidado permanente deve a Organização da Sociedade Civil:

a) Ofertar apoio às atividades da vida diária e da vida prática dos moradores e seus dependentes, quando houver;

b) Oferecer suporte e auxiliar no manejo para situações de crise;

c) Oportunizar ações de reabilitação psicossocial, incluindo acesso às oportunidades de trabalho, educação, cultura, esporte, lazer e controle social, juntamente com o CREAS;

d) Oportunizar a participação das moradoras na organização, cuidado e definição de rotinas básicas de convivência, tais como, preparo da alimentação, decoração da casa, atividades para os dependentes das mulheres abrigadas;

e) Desenvolver ações integradas com o CREAS e demais Órgãos Jurídicos e de Segurança para atendimento das necessidades de cada moradora;

f) Realizar a articulação da rede de cuidado necessária para o tratamento de todas as demandas de saúde integral das moradoras e seus dependentes.

XLVIII. Quanto à guarda dos bens e pertences:

a) Resguardar os bens e pertences das moradoras, responsabilizando-se pela devida utilização de recursos financeiros de sua propriedade, anterior ou não ao acolhimento na Casa Abrigo;

b) Manter um registro e comunicar ao CONDEMAT e a Comissão de Monitoramento e Avaliação sobre os bens e pertences da moradora no ato do acolhimento;

XLIX. Quanto à responsabilidade legal:

a) É vedada à OSC a utilização e divulgação de imagens das moradoras em qualquer mídia pública, ou da Casa Abrigo, já que o serviço deve ser mantido respeitando o princípio de sigilo;

L. Quanto aos registros e documentação:

a) Efetivar registros em pastas individuais referentes ao convívio diário das moradoras, intercorrências, histórico de saúde, arquivo de receituários, laudos, relatórios, bem como das agendas referentes aos atendimentos em serviços públicos, entre outros;

b) Disponibilizar relatórios e ficha de acompanhamento mensal das moradoras para Comissão de Monitoramento e Avaliação;

c) Criar mecanismo de informação didático de fácil visibilidade para os funcionários da Casa Abrigo em

relação ao monitoramento semanal das atividades como, consultas, compromissos legais, busca de medicamento de alto custo, exames, atividades escolares dos dependentes, de modo a evitar absenteísmo nas programações estabelecidas;

d) Estabelecer registro diário em livro próprio sobre as ocorrências em cada plantão, tanto quanto a dinâmica da casa, quanto em relação às moradoras e ao trabalho desenvolvido pelos colaboradores envolvidos e eventuais intercorrências e resoluções destas. Caberá a Coordenação produzir relatório técnico oriundo das informações contidas no livro de registros.

LI. Quanto à guarda das medicações das moradoras e seus dependentes:

a) Os medicamentos deverão estar acompanhados das prescrições médicas atualizadas, e deverão ser armazenados em local trancado e de acordo com as normas técnicas vigentes;

b) A organização e reposição dos medicamentos e insumos é de responsabilidade da **OSC**, tanto para retirada dos itens que perfazem os Componentes da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada, quanto para os itens que necessitem de aquisição;

LII. Responsabilizar-se por sua estrutura própria de recursos materiais na execução da Casa Abrigo para mulheres em situação de violência:

a) Realizar sempre que necessário, manutenção preventiva e corretiva predial e/ou reparos na rede elétrica, hidráulica, de internet e telefonia, pintura de paredes, troca de lâmpadas, conserto ou substituição de móveis e/ou eletroeletrônicos e/ou eletrodomésticos, etc. nas moradias onde os Serviços da Casa Abrigo são desenvolvidos, conforme Plano de Trabalho;

b) Reposição, quando necessário, de artigos de copa/cozinha, cama, mesa e banho;

c) Custeio de locomoção, para despesas com o deslocamento da moradora e de seus dependentes, acompanhados por profissional da **OSC**, para serviços essenciais;

d) Fornecimento de material de limpeza e higiene geral;

e) Fornecimento de insumos para a casa;

f) Fornecimento de gás de cozinha e custeio de contas de consumo, como água, luz, telefone, internet;

g) Fornecimento de medicamentos e insumos médico hospitalares, mediante negativa de fornecimento pelo SUS e mediante prescrição e justificativa de médico do SUS;

h) Disponibilizar aos seus profissionais envolvidos na execução dos serviços, ora contratados, os produtos e equipamentos de proteção individual e ao morador quando necessário.

LIII. Responsabilizar-se pela transparência das informações:

a) Comunicar de imediato ao **CONDEMAT**, a Comissão de Monitoramento e Avaliação a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente termo de colaboração;

b) Garantir aos profissionais do **CONDEMAT**, Comissão de Monitoramento e Avaliação e ou equipe técnica dos municípios consorciados, o acesso à Casa Abrigo, no exercício de suas funções;

c) Responsabilizar-se perante o **CONDEMAT** e perante terceiros por quaisquer danos ou ocorrências em função das atividades que executou por força deste Termo de Colaboração, na medida de sua participação no evento discutido;

d) Permitir que funcionários do **CONDEMAT** e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, exerçam atividades de acompanhamento e supervisão da execução do presente contrato;

e) Permitir, quando solicitado, que todos os processos das atividades contratadas sejam vistoriados pelo **CONDEMAT** e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação;

f) Esclarecer as moradoras e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

g) Respeitar a decisão da moradora e/ou responsável legal, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal. Em caso de recusa de serviço, comunicar ao **CONDEMAT** o fato ocorrido.

h) Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre as moradoras;

i) Notificar o **CONDEMAT** de eventual alteração de seus atos constitutivos ou de sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de registro da alteração, cópia dos respectivos documentos;

j) A **OSC** obriga-se a informar o **CONDEMAT**, Comissão de Monitoramento e Avaliação do Contrato

sobre as eventuais alterações na capacidade instalada do serviço, bem como a alteração do responsável técnico;

k) A OSC obriga-se a informar mensalmente o CONDEMAT, Comissão de Monitoramento e Avaliação do Contrato sobre a relação de profissionais e carga horária;

l) Havendo necessidade de mudança de local (venda ou retomada do imóvel, desapropriação, necessidade de reforma, risco para as moradoras, etc.) a OSC deverá comunicar o CONDEMAT e a Comissão de Monitoramento e Avaliação solicitando visita técnica para análise e providências;

m) Comunicar aos familiares ou responsável legal, bem como o CONDEMAT, e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, sobre intercorrência clínica grave, acidentes, evasão ou falecimento de beneficiário do programa, no máximo 24 horas após a ocorrência.

n) Fomentar mecanismos democráticos de decisões e participação dos moradores nos processos diários da casa, estimulando a prática de assembleias semanais, quinzenais ou mensais, para a tomada de decisões, sendo recomendada a realização de registro em Ata, e a apresentação da mesma ao CONDEMAT.

o) Providenciar a locação de imóvel adequado às necessidades da Casa Abrigo de acordo com Legislação vigente e aprovação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, assim como o pagamento de aluguéis e impostos;

7.2. Compete ao CONDEMAT

I. Prestar apoio e esclarecimentos necessários a OSC para que seja alcançado o objeto desta parceria em toda sua extensão;

II. Liberar os recursos por meio de transferência bancária e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

III. Instituir Gestor da Parceria e Comissão de Monitoramento e Avaliação para acompanhamento do cumprimento do objeto dessa parceria;

IV. Adotar as providências necessárias para registrar no instrumento específico as alterações necessárias para a continuidade ou regulação do termo de colaboração.

V. Publicar no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Condemat extrato desta parceria ou instrumento congêneres e de seus aditivos;

VI. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste Plano de Trabalho, devendo notificar a OSC a presença de qualquer irregularidade;

VII. Avaliar as observações enviadas pela Organização da Sociedade Civil, através de relatórios, das condições de manutenção e segurança dos equipamentos e locais de trabalho;

VIII. Orientar sobre procedimentos de prestação de contas;

IX. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014;

X. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

XI. Comunicar ao Gestor da Parceria normas e/ou Portarias que venham a ser publicadas e que impliquem em alteração da prestação dos serviços, para que sejam tomadas as medidas cabíveis referentes ao termo;

XII. Comunicar ao Gestor da Parceria alteração das condições de prestação dos serviços firmadas no termo inicial para que sejam tomadas as medidas cabíveis referentes ao termo;

XIII. Prestar esclarecimentos aos órgãos de controle, quando solicitado;

XIV. Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

8. DOS VALORES PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

8.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto licitado têm valor total de até **R\$ 1.105.957,56 (um milhão, cento e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)**.

- 8.1.1. O valor exato a ser repassado será definido no Termo de Colaboração, formalizado por conta deste Edital, observada a proposta de Plano de Trabalho apresentada pela OSC selecionada, cujo projeto deverá ser executado pelo período de **12 (dozes) meses**.
- 8.2. O recurso de incentivo à implantação será repassado pelo CONDEMAT à Entidade selecionada, em parcela única, nos valores da seguinte forma:

IMPLANTAÇÃO	
01 Casa Abrigo para mulheres em situação de violência (capacidade 20 vagas)	Valor Total (Máximo)
Parcela única Local a definir	R\$ 80.370,00 (oitenta mil, trezentos e setenta reais)

- 8.2.1. Os valores deverão obrigatoriamente ser utilizados para a aquisição de materiais de consumo, equipamentos e mobiliários para guarnecer a Casa Abrigo.
- 8.3. O recurso para manutenção e operacionalização da Casa Abrigo será repassado pelo CONDEMAT à Entidade selecionada, mensalmente, da seguinte forma:

CUSTEIO	
01 Casa Abrigo para mulheres em situação de violência (capacidade 20 vagas)	Valor Mensal (Máximo)
	R\$ 85.465,63 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos)

- 8.4. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades: (art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014).
- I. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;
- III. Quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.
- 8.5. A verba de custeio destina-se ao pagamento de recursos humanos, prestação de serviços pessoas física e jurídica, contas de consumo, impostos, tarifas públicas, recolhimentos a órgãos técnicos e sindicais, insumos (alimentação, rouparia, material de higiene, limpeza e escritório) transporte e medicamentos não fornecidos pela Rede Básica de Saúde, com a finalidade de manter a infraestrutura necessária ao funcionamento do serviço.
- 8.6. A OSC será responsável por reservar em conta investimento específica os valores referentes à provisão de férias, décimo terceiro salário e encargos rescisórios constituindo Fundo de provisão para despesas trabalhistas.
- 8.7. A OSC deverá manter os valores repassados aplicados em conta de investimento, devendo ao final da parceria devolver ao CONDEMAT os rendimentos auferidos e efetuar o encerramento da referida conta
- 8.8. É vedado utilizar recursos em finalidade diversa da estabelecida no instrumento.
- 8.9. São vedados pagamentos, a qualquer título, a pessoal que tenha vínculo com a Administração Direta e Indireta Federal, Estadual ou Municipal, com exceção dos casos previstos na legislação.
- 8.10. Não é financiável o pagamento de gratificação, consultoria, coordenação do projeto ou qualquer espécie de remuneração adicional ao servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal (direta ou indireta).

- 8.11. Os valores do custeio serão repassados a OSC até o 5º dia útil de cada mês e a prestação de contas por parte da OSC ao CONDEMAT deverá ocorrer em até o dia 20 do mês seguinte.
- 8.12. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 9.1. A prestação de contas deverá ser apresentada conforme orientações do **Manual de Prestação de Contas constante no sítio eletrônico do CONDEMAT** e é obrigatória até o dia 20 do mês subsequente ao repasse.
- 9.2. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a OSC deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- 9.3. A prestação de contas também deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados.
- 9.4. A OSC deverá apresentar em até o dia 10 do mês subsequente ao repasse:
- I. Extrato bancário de conta movimento do contrato, aberto exclusivamente para esse fim;
 - II. Conciliação bancária;
 - III. Cópia do Extrato do Demonstrativo dos Rendimentos da Aplicação Financeira;
 - IV. Relatório com indicação dos documentos de despesa e provisões;
 - V. Cópias dos documentos de despesas (notas fiscais e recibos) carimbadas "**PAGO COM RECURSOS DO TERMO DE COLABORAÇÃO COM O CONDEMAT – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº xx/xxxx**", nos termos das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
 - VI. Cópias dos documentos de despesas de contas de consumo (água, energia, telefonia, gás, internet, etc.);
 - VII. Relação nominal de funcionários e escala mensal dos profissionais da casa;
 - VIII. Demonstrativo de despesas com pessoal contratado;
 - IX. Demonstrativo de despesas com pessoal próprio;
 - X. Comprovante de pagamento dos funcionários (depósitos efetuados);
 - XI. Cópia das guias pagas referentes ao recolhimento de FGTS, INSS, Contribuições Sindicais e outras obrigações trabalhistas;
 - XII. Cópia das guias de recolhimento pagas de outros impostos, como por exemplo: IPTU, PIS, COFINS, CSLL, IR, ISS, etc.
 - XIII. Certidão Negativa de Débito das Contribuições Previdenciárias, Certificado de Regularidade com o FGTS, Certidão Negativa de Débitos – CNDT e Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (portaria conjunta PGFN/RFB nº 1751/14);
 - XIV. Relatório individual de cada moradora juntamente com seus dependentes, se houver;
 - XV. Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
 - XVI. Relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
 - XVII. Relatório mensal pormenorizado do controle da utilização de recursos oriundos de benefícios dos moradores. Para isso, deverá criar mecanismos claros e eficazes para monitorar e controlar a utilização de recursos dos cartões de benefícios dos moradores por terceiros (profissional responsável), visando à transparência das despesas como garantia de direitos dos usuários e apresentar mensalmente, planilhas discriminadas de todos os gastos de cada morador, acompanhadas dos respectivos comprovantes

(notas/cupons fiscais, recibos, ou outros mecanismos comprobatórios).

XVIII. Relatório mensal da execução do plano de educação permanente;

XIX. Relatório mensal da condição de curatela dos moradores

- 9.5. A prestação de contas será avaliada pelo(a) Gestor(a) do Termo de Colaboração designada pelo CONDEMAT através de portaria, que verificará cumprimento dos depósitos dos fundos de provisão, a regularidade dos encargos trabalhistas e previdenciários, bem como a aplicação dos recursos conforme regras editadas pelo Consórcio.
- 9.6. O descumprimento das determinações identificados na prestação de contas ensejará a suspensão dos pagamentos até a regularização dos apontamentos.
- 9.7. A OSC terá o prazo de 05 dias úteis para correção da irregularidade se for o caso ou apresentação de justificativa e defesa.
- 9.8. A justificativa será analisada pelo CONDEMAT, também no prazo de 05 dias úteis, podendo ou não ser aceita.
- 9.9. Em nenhuma hipótese serão pagas Notas Fiscais sem CNPJ/MF ou com número de CNPJ/MF diferente do que do apresentado no Plano de Trabalho da Organização da Sociedade Civil, ainda que se trate de OSC considerada matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 9.10. Não serão aceitos documentos de despesas (notas fiscais e recibos) que não estejam carimbadas.
- 9.11. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
- 9.12. Quando a prestação do valor glosado ou reprovado não for diretamente deduzido dos valores a serem repassados em parcelas vincendas, o pagamento será realizado mediante transferência eletrônica/depósito identificado.
- 9.13. Quando estabelecida a devolução e/ou parcelamento da dívida, de valores glosados ou reprovados, para estes, haverá correção monetária, pelo menor índice oficial, estabelecido pelo CONDEMAT para o ano correspondente aos valores a serem devolvidos ou parcelas vincendas, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas no instrumento contratual competente.
- 9.13.1. O índice que trata o item 10.13., será aprovado pelo Conselho de Prefeitos, no mês de dezembro de cada ano, para aplicação no ano subsequente.
- 9.14. Havendo parcelamento de dívida mediante assinatura de Termo de Acordo e Confissão de Dívida, haverá aplicação de multa de 2%, de juros de 1% ao mês, em caso de descumprimento deste Termo, além da correção monetária.
- 9.15. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.
- 9.16. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.
- 9.17. A OSC deverá cumprir com os dispositivos de transparência de seus atos consistentes na divulgação pela via eletrônica de todas as informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros o estatuto social atualizado, termos de ajustes, planos de trabalho, relação nominal dos dirigentes, valores repassados, lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas), os respectivos valores pagos, remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis, relatórios físico-financeiros de acompanhamento, regulamento de compras e de contratação de pessoal. (conforme Comunicado SDG nº 016.2018 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).
- 9.18. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram também dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.
- 9.19. As prestações de contas serão avaliadas:
- I. regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - II. regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;
 - III. irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
 - e) omissão no dever de prestar contas;
 - f) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

- g) danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
h) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

- 9.20. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto conforme despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho.
- 9.21. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONDEMAT por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

10. DO PRAZO

O Termo de Colaboração dessa parceria terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

11. PLANILHA DE REFERENCIA DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS E MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
1	Balde (Grande)	3	und
2	Caçarola Alumínio 15 litros	2	unid
3	Caçarola Alumínio 18 litros	1	unid
4	Caçarola Alumínio 3,5L	2	unid
5	Caçarola Alumínio 6L	2	unid
6	Caneca de Vidro Temperado 270ml - Kit com 24	1	kit
7	Cobertor (Solteiro)	33	und
8	Cobertor infantil	4	und
9	Colher de sopa	36	und
10	Conjunto de Assadeiras - Alumínio (3 peças)	1	cnj.
11	Conjunto Mesa e Cadeiras (Plástica)	3	cnj.
12	Conjunto Travessa Inox 3 peças	2	cnj.
13	Conjunto Travessas Refratárias c/ Tampa 6 peças	1	cnj.
14	Copo Água Vidro 190ml. Tipo: Americano	24	unid
15	Corda para Varal - 10m	8	und
16	Cortina para Sala (2mt / 1,80)	1	und
17	Cortina para Quarto (1,80 / 1,6m)	3	und
18	Cumbuca Plástica - Kit com 10 peças	2	kit
19	Escorredor de Cozinha de Aço Cromado	1	und
20	Faca de mesa	36	und
21	Garfo de mesa	36	und
22	Garrafa Térmica (2,5 Lts)	2	und
23	Jarra Plástica - 2L	3	und
24	Jogo de Cama com 03 peças (Solteiro)	40	kit
25	Jogo de Copos de Vidro 6 Peças 450ml	4	cnj.
26	Jogo de lençol para berço com 03 peças	8	kit
27	Kit com 09 facas de cozinha	2	kit
28	Kit Utensílios de Cozinha em Inox com 07 peças	2	kit
29	Leiteira 4,5 Litros Alumínio	2	unid
30	Lixeira Banheiro	2	und
31	Lixeira Grande - 60l	1	und
32	Lixeira Média Cozinha - 40l	1	und

33	Lixeira Pia	1	und
34	Mangueira (50 Mts)	1	und
35	Panela de Pressão (10 Litros)	1	unid
36	Pano de Chão kit com 10	5	kit
37	Pano de Prato kit com 10 unidades cada	5	kit
38	Potes Plásticos - Kit com 10 unidades - diversos	10	kit
39	Prato Vidro Temperado Fundo - Conjunto com 24 peças	1	cnj.
40	Prato Vidro Temperado sobremesa - Conj. com 24 peças	1	cnj.
41	Pregador de Varal - Kit com 12 Unidades	10	kit
42	Rodo 60cm (Grande)	2	und
43	Tábua de Passar Roupas	1	und
44	Tábua para Carne	2	und
45	Tapete Banheiro (tecido ou emborrachado)	10	und
46	Toalha banho com capuz (para bebê)	4	und
47	Toalha de Banho	40	und
48	Toalha de Mesa em Tecido 10 lugares	5	und
49	Toalha de mesa plástica 10 lugares	2	und
50	Toalha de Rosto	40	und
51	Travesseiro (Algodão)	20	und
52	Vassoura 60cm (Grande)	2	und
53	Armário (Multiuso para lavanderia)	1	und
54	Armário completo para cozinha com 05 peças com balcão	1	und
55	Armário roupeiro em aço 20 portas com chave (Tipo: vestiário)	1	und
56	Batedeira planetária	1	und
57	Berço Multifuncional com mini cama	2	und
58	Cadeira de escritório c/ rodinhas	1	und
59	Cadeira de Escritório (fixa)	2	und
60	Cafeteira Elétrica- (30 xícaras)	1	und
61	Base de Cama Box Solteiro	20	und
62	Chaleira elétrica	1	und
63	Colchão de berço	4	und
64	Colchão para cama box solteiro	20	und
65	Depurador de ar 80cm /bivolt	1	und
66	Espremedor de frutas	1	und
67	Estante em aço com 05 prateleiras (p/ despensa)	1	und
68	Estante para TV em madeira	1	und
69	Ferro de Passar (1.500 W)	1	und
70	Fogão 06 bocas c/ forno , gás,1 ano garantia	1	und
71	Freezer Vertical (142L)	1	und
72	Gaveteiro arquivo com 04 gavetas	1	und
73	Geladeira Duplex 371L (degelo automático)	1	und
74	Guarda Roupas com 01 porta	20	und
75	Impressora (multifuncional)	1	und
76	Liquidificador (c/ filtro)	1	und
77	Máquina de Lavar (15kg)	1	und
78	Mesa de Centro (madeira)	1	und

79	Mesa de Escritório (Madeira)	1	und
80	Mesa Jantar com cadeiras (10 lugares)	1	und
81	Mesa para computador	1	und
82	Micro-ondas 31 L (Pré-programados)	1	und
83	Mini System-Bluetooth USB MP3 CD Player 440W/ Karaokê	1	und
84	Notebook i3, 256GB	1	und
85	Panela de Arroz Elétrica (10 xícaras)	1	und
86	Purificador de Água Bivolt Com Painei	1	und
87	Relógio de Ponto: relógio controlador de acesso de pessoas e software, em conformidade com a Portaria 1.510 e certificado pelo Inmetro	1	und
88	Secadora de roupas (10kg Turbo)	1	und
89	Sofá 2 lugares (tecidos)	2	und
90	Sofá 3 lugares (tecidos)	2	und
91	Televisor - (TV Smart 50 pol)	1	und
92	Ventilador de teto (3 pás)	5	und

ANEXO II

(Papel timbrado ou nome da OSC)

**PLANO DE TRABALHO
(MODELO)**

1. DADOS CADASTRAIS:			
NOME DA INSTITUIÇÃO:		CNPJ:	
TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:		<input type="checkbox"/> Sem Fins Lucrativos	
		<input type="checkbox"/> Cooperativa	
		<input type="checkbox"/> Religiosa	
<p>A) EM CASO DE ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS:</p> <p>1. COMPROVAR POR MEIO DE CLÁUSULAS EXPRESSAS NO ESTATUTO QUE:</p> <p>1.1) NÃO HÁ DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS SEUS SÓCIOS OU ASSOCIADOS, CONSELHEIROS, DIRETORES, EMPREGADOS, DOADORES OU TERCEIROS EVENTUAIS RESULTADOS, SOBRAS, EXCEDENTES OPERACIONAIS, BRUTOS OU LÍQUIDOS, DIVIDENDOS, ISENÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, PARTICIPAÇÕES OU PARCELAS DO SEU PATRIMÔNIO, AUFERIDOS MEDIANTE O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES;</p> <p>1.2) HÁ A APLICAÇÃO INTEGRAL DO RECURSOS NA CONSECUÇÃO DO RESPECTIVO OBJETO SOCIAL DE FORMA IMEDIATA OU POR MEIO DA CONSTITUIÇÃO DE FUNDO PATRIMONIAL OU FUNDO DE RESERVA;</p> <p>1.3) POSSUI OBJETIVOS VOLTADOS À PROMOÇÃO DE ATIVIDADES E FINALIDADES DE / RELEVÂNCIA PÚBLICA E SOCIAL;</p> <p>1.4) EM CASO DE DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE, O RESPECTIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SERÁ TRANSFERIDO A OUTRA PESSOA JURÍDICA DE IGUAL NATUREZA QUE PREENCHA OS REQUISITOS DA LEI 13.019/2014 E CUJO OBJETO SOCIAL SEJA, PREFERENCIALMENTE, O MESMO DA ENTIDADE EXTINTA.</p> <p>2. CNPJ QUE CONTENHA INFORMAÇÃO EXPRESSA (CÓDIGO) DE QUE SE TRATA DE ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS;</p> <p>3. BALANÇO PATRIMONIAL (PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DA NATUREZA DA ENTIDADE)</p>			
ENDEREÇO:			
BAIRRO:	CIDADE:	U.F.	CEP:
E-MAIL	TELEFONE:		
CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA:	BANCO	AGÊNCIA	
NOME DO RESPONSÁVEL (Presidente da OSC):		CPF:	

PERÍODO DE MANDATO:	CARTEIRA DE IDENTIDADE/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CARGO:
ENDEREÇO:	CEP:	

2- APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO DA OSC
Resumo de sua área de atuação

3 – PROPOSTA DE TRABALHO:		
NOME DO PROJETO:	PRAZO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
PÚBLICO ALVO: Descrever o público beneficiário direto e quantidade de atendidos pelo projeto		
OBJETO DE PARCERIA:		
DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA Descrição clara e objetiva do que se pretende realizar na proposta e os resultados esperados, devendo demonstrar o nexos entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO: O interesse da OSC em celebrar este termo de colaboração; Benefícios para a comunidade quanto aos aspectos sociais;		
4 - OBJETIVOS:		
4.1 - GERAIS		
4.2 – ESPECÍFICOS		

5- METODOLOGIA:
5.1 – FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS Indicar a forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a elas atreladas (inc. III do art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014). Neste item devem ser abordados os seguintes aspectos:

- Descrever como serão realizadas as ações/atividades, incluindo as estratégias e os procedimentos detalhados para a execução do objeto.
- Apresentar quadro contendo: as metas, atividades/ações para alcançar as metas, respectivos indicadores e prazos de execução/ cumprimento das metas.

Obs: Os indicadores podem ser qualitativos e quantitativos e servirão para aferição do cumprimento das metas

6 - ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Demonstração da capacidade de articulação do serviço com a rede de saúde e demais políticas públicas no território.

Ressaltar como será a articulação com a rede de atenção à saúde, da rede socioassistencial, de esporte, cultura e lazer, para garantir o atendimento especializado e integrado as moradoras do SAI, de acordo com as necessidades.

7 - METAS E RESULTADOS ESPERADOS:

7.1 - DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

7.2 - RESULTADOS ESPERADOS:

7.3 - PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Definir os parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas (inc. IV do art. 22 da Lei Federal nº 13.019/2014).

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA/FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO

9 - CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL:

Comprovação de experiência da entidade, de no mínimo 1 (um) ano, com o desenvolvimento de objeto idêntico ou similar desta parceria, mediante apresentante de atestado de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado;

10 - PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA (R\$1,00)

RECEITA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE			
CONCEDENTE			
TOTAL GERAL			

DESPESA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE			
CONCEDENTE			
TOTAL GERAL			

11 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

11.1 – CONCEDENTE

META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
META	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS

12- DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Indicar a previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades abrangidas pela parceria (inc. II-A do art. 22 da LF 13.019/2014)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Pessoal (Salários + Encargos + Benefícios + Provisões + Dissídio)	
Material de Consumo (Medicamentos e Material Médico Hospitalar, Alimentos/gêneros alimentícios, Material de Limpeza e Material de Higiene, Material de escritório)	
Locação de imóvel.	
Contas de consumo: Gás, Energia, Água, Telefone e Internet	
Transporte dos moradores: locação de veículo	
Provisionamento/Manutenção Predial: Material e prestação de Serviço/Desinsetização e desratização	
Provisionamento/Manutenção e Reposição de Eletrodomésticos, Eletroeletrônicos, Equipamentos Domésticos e Mobiliário.	
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Custos Indiretos/Equipe Encarregada pela execução	
TOTAL	

13 – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL E ANUAL

A **PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL** deverá ser apresentada em até 20 (vinte) dias após o fim de cada mês.

A **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL** deverá ser encaminhada até 90 (noventa) dias após o término do exercício.

A **PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL** deverá ser encaminhada até 90 (noventa) dias após o término da vigência do Termo de Colaboração.

Após a análise da prestação de contas final no prazo de até 90 (noventa) dias, constatada irregularidade ou omissão, será concedido prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para a OSC sanar irregularidades ou cumprir a obrigação, sem prejuízo das demais medidas administrativas, sob pena de glosas, devoluções de valores, compensações, retenções de repasses e rescisão do Termo de Colaboração.

14- DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da OSC, declaro para fins de comprovação junto ao CONDEMAT, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal, Estadual, Federal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do CONDEMAT para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Local e Data

Nome e assinatura do presidente/diretor/provedor
Assinatura e carimbo com identificação

ANEXO III

(Papel timbrado ou nome da OSC)
(apresentar fora do envelope)

**OFÍCIO ENDEREÇADO A(O) PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO
(MODELO)**

OFÍCIO Nº _____/2023

O(a) Senhor(a)

Presidente da Comissão Especial de Seleção do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê -
CONDEMAT

Mogi das Cruzes - SP

Senhor(a) Presidente,

Apresento a Vossa Senhoria o Plano de Trabalho, a ser submetido à Comissão Especial de Seleção do Chamamento Público nº 001/2023, que tem como objetivo selecionar Organizações da Sociedade Civil interessadas em celebrar Termo de Colaboração, nos termos da Lei nº 13.019/2014, para IMPLANTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CASA ABRIGO NA MODALIDADE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente.

(Município), ____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do representante legal da OSC
Assinatura e carimbo com identificação

ANEXO IV

(Papel timbrado ou nome da OSC)

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA
(MODELO)**

Declaro que a [*identificação da organização da sociedade civil – OSC*] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº XX/2023 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

(Município), ____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do presidente/diretor/provedor
Assinatura e carimbo com identificação

ANEXO V
(Papel timbrado ou nome da OSC)

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS
(MODELO)

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*:

1.1 dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

1.2 pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

1.3 dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração

Município), ___ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do presidente/diretor/provedor
Assinatura e carimbo com identificação

ANEXO VI

(Papel timbrado ou nome da OSC)

**DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS
(MODELO)**

Declaro para os devidos fins, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada OSC:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e
- Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Município), ___ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do presidente/diretor/provedor
Assinatura e carimbo com identificação

ANEXO VII
(Papel timbrado ou nome da OSC)

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL
(MODELO)

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*:

- Dispõe de capacidade técnica e operacional necessária para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

E/OU

- Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria os profissionais que detêm capacidade técnica e operacional necessária para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OBS: A OSC adotará uma ou mais redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.

(Município), ____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do presidente/diretor/provedor
Assinatura e carimbo com identificação

ANEXO VIII
(Papel timbrado ou nome da OSC)

DECLARAÇÃO E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE
(MODELO)

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], que:

- Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal dos entes integrantes do CONDEMAT; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
NOME DO DIRIGENTE E CARGO QUE OCUPA NA OSC	CARTEIRA DE IDENTIDADE, ÓRGÃO EXPEDIDOR E CPF	ENDEREÇO RESIDENCIAL, TELEFONE/CELULAR E EMAIL
(nome completo sem abreviatura)	(número do RG e órgão expedidor; número do CPF)	(endereço residencial completo – logradouro, número, bairro, cidade, cep; telefone residencial e/ou celular; endereço eletrônico pessoal)

- Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal de entes integrantes do CONDEMAT, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- Não serão remunerados, a qualquer título, como recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal de entes integrantes do CONDEMAT; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal de entes integrantes do CONDEMAT, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores

(Município), ____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do presidente/diretor/provedor
Assinatura e carimbo com identificação

ANEXO IX

(Papel timbrado ou nome da OSC)

**DECLARAÇÕES
(MODELO)**

1. DECLARAÇÃO DE QUE OS DIRIGENTES DA ENTIDADE NÃO SÃO AGENTES POLÍTICOS

1.1. Declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ/MF nº _____, não possui em seu quadro de dirigentes agentes políticos do governo concedente.

2. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88.

2.1. Declaro para fins de cumprimento ao disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ/MF nº _____ não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, bem como que comunicará ao CONDEMAT qualquer fato ou evento superveniente que altere a atual situação.

3. DECLARAÇÃO DE QUE A ENTIDADE NÃO CONTRATA PARENTES E EMPRESAS DE DIRIGENTES

3.1. Declaro não haver contratação de parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ/MF nº _____, vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público.

4. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 E 13.019/2014.

4.1. Declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ/MF nº _____ se compromete em atender os requisitos previstos na Lei Federal nº 12.527/2011 e 13.019/2014, de forma especial a publicidade aos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

5. DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA COM O PODER PÚBLICO

5.1. Declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o CONDEMAT não contraria o Estatuto da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ/MF nº _____ e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Poder Público.

6. DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ATIVIDADES

6.1. Declaro para os devidos fins que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ/MF nº _____ teve seu início das atividades em / / e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

7. DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONFORME LEI 13.019/2014.

7.1. Declaro para os devidos fins que a *{identificação da organização da sociedade civil – OSC}*, inscrita no CNPJ/MF nº _____ se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma lei.

8. DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE ESPECÍFICA

8.1. Declaro para os devidos fins e sob penas da lei, a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, inscrita no CNPJ/MF nº _____ abriremos conta específica em banco oficial, da qual encaminharemos:

➤ Banco, Endereço, Município, Telefone, Agência nº, Conta nº.

9. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DÉBITO

9.1. Declaro, para fins de prova junto ao CONDEMAT, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, quem impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos desse Poder, na forma deste plano de trabalho.

(Município), ____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do presidente/diretor/provedor
Assinatura e carimbo com identificação

ANEXO X

(Papel timbrado ou nome da OSC)

**CERTIDÃO CONTENDO O NOME DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA OSC E RESPECTIVA
CÓPIA DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
(MODELO)**

CERTIDÃO

_____, presidente/diretor/provedor da *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, CPF nº _____, declara para os devidos fins e sob as penas da lei, que *(nome do contador)*, CPF nº _____, CRC nº _____ é o contador responsável pela referida OSC e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

(Município), ____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do representante legal da OSC
Assinatura e carimbo com identificação

Obs: anexar a esta certidão comprovante de regularidade do contador perante o Conselho Regional de Contabilidade

ANEXO XI
(Papel timbrado ou nome da OSC)

**CERTIDÃO CONTENDO O NOME DO GESTOR RESPONSÁVEL PELO CONTROLE
ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO DA PARCERIA
(MODELO)**

C E R T I D ã O

_____, presidente/diretor/provedor da [identificação da organização da sociedade civil – OSC, CPF nº _____, nomeio o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, como Gestor(a) da OSC pelo controle administrativo, financeiro e de execução da parceria celebrado com o CONDEMAT.

Declaro ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

(Município), ____ de _____ de 2023.

Nome e assinatura do representante legal da OSC
Assinatura e carimbo com identificação

ANEXO – XII

MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XX/XXXX

Termo de Colaboração que entre si celebram o CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ-CONDEMAT e a Entidade XXXXXXXXXXXXXXXX, tendo como objeto a Implantação, Operacionalização e Administração de moradias na modalidade Serviços de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência – Casa Abrigo, conforme procedimentos estabelecidos pela Lei nº 13.019/2014, decorrente do Processo nº 50/2023 – Chamamento Público nº 01/2023

Pelo presente instrumento de direito, de um lado o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ - CONDEMAT**, associação pública de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.569.532/0001-96, com sede na Avenida Vereador Narciso Yague Guimaraes nº 1.145, Edifício Helbor Corporate 9º andar, Sala 901, Centro Cívico, Mogi das Cruzes/SP, neste ato representado por **CAIO CESAR MACHADO DA CUNHA**, Presidente, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 27.778.878-X SSP/SP e do CPF/MF nº 275.982.388-12, domiciliado em Mogi das Cruzes/SP, daqui por diante denominado **CONDEMAT** e do outro a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL XXXXXX**, entidade privada sem fins lucrativos, com sede na _____, nº. _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, Inscrição Estadual nº. _____, neste ato representada por _____, portador da Cédula de Identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF nº. _____, residente e domiciliado na _____, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, nos termos da Lei 13.019/2014, e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições constantes do Edital e anexos do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023 - PROCESSO Nº 50/2023**, pelos termos do Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste Termo de Colaboração, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constituiu objeto do presente instrumento, firmar parceria entre o **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ - CONDEMAT** e Organização da Sociedade Civil (OSC), por meio de Termo de Colaboração, para implantação, operacionalização e administração de 01 (um) Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência- Casa Abrigo, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, capacidade de 20 vagas, sendo mulheres em risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos (as) menores de 18 anos, por um período determinado (em geral de 90 até 180 dias), em casos previamente avaliados e encaminhados pelos municípios consorciados ao **CONDEMAT**, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Poá, estabelecidos pela Lei 13.019/2014 e alterações, pelo Plano de Trabalho e condições fixadas neste instrumento e seus anexos
- 1.2. Os partícipes se obrigam a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela **OSC** e aprovado pelo **CONDEMAT**, parte indissociável deste instrumento ora juntado como Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1. Compete ao **CONDEMAT**:

- I. Prestar apoio e esclarecimentos necessários a **OSC** para que seja alcançado o objeto desta parceria em toda sua extensão;
- II. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo

de colaboração;

III. Instituir Gestor(a) da Parceria, Comissões de Seleção e Comissão de Monitoramento e Avaliação para acompanhamento do cumprimento do objeto dessa parceria;

IV. Adotar as providências necessárias para registrar no instrumento específico as alterações necessárias para a continuidade ou regulação do termo de colaboração.

V. Publicar no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do CONDEMAT extrato desta parceria ou instrumento congêneres e de seus aditivos;

VI. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste Plano de Trabalho, devendo notificar a OSC a presença de qualquer irregularidade;

VII. Avaliar as observações enviadas pela Organização da Sociedade Civil, através de relatórios, das condições de manutenção e segurança dos equipamentos e locais de trabalho;

VIII. Orientar sobre procedimentos de prestação de contas;

IX. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014;

X. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

XI. Comunicar ao Gestor da Parceria normas e/ou Portarias que venham a ser publicadas e que impliquem em alteração da prestação dos serviços, para que sejam tomadas as medidas cabíveis referentes ao termo;

XII. Comunicar ao Gestor da Parceria alteração das condições de prestação dos serviços firmadas no termo inicial para que sejam tomadas as medidas cabíveis referentes ao termo;

XIII. Prestar esclarecimentos aos órgãos de controle, quando solicitado;

XIV. Providenciar a locação de imóvel adequado às necessidades do SAI de acordo com Legislação vigente e aprovação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, assim como o pagamento de aluguéis e impostos;

XV. Fornecer à OSC termo de referência para aquisição de moveis, equipamentos, eletrodomésticos etc e providenciar registro patrimonial;

XVI. Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

2.2. Compete a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**:

I. Implantar o Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência – Casa Abrigo, no prazo de até 30 dias após assinatura do Termo de Colaboração.

II. Estar devidamente habilitada conforme Lei 13.019/2014;

III. Executar os serviços de forma ininterrupta, inclusive feriados, 24 horas por dia;

IV. Manter a moradia vinculada à rede pública de serviços municipais, prioritariamente ao CREAS da região onde a Casa Abrigo está instalada;

V. Manter serviço de vigilância 24h para o Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência – Casa Abrigo;

VI. Disponibilizar veículo para ações que necessitem o transporte da mulher acolhida, seus dependentes e profissionais da Casa Abrigo, bem como servidores dos serviços de referência, de forma ininterrupta.

VII. Implementar o pleno funcionamento do Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência, sendo o local sigiloso, com funcionamento em regime de cogestão, que assegure a obrigatoriedade de manter o sigilo quanto à identidade das usuárias e da casa abrigo;

VIII. Auxiliar no processo de reorganização da vida das mulheres e no resgate de sua autoestima, sua integração à vida na cidade, criando uma rede de proteção social, comunitária, de saúde, de trabalho e lazer, para integração social da usuária e seus filhos(as), quando houver, de acordo com a sua singularidade e história;

IX. Garantir a integridade física e emocional das mulheres;

X. Deve ser ofertado atendimento jurídico e psicológico para as usuárias e seus filhos(as) e/ou dependentes quando estiver sob sua responsabilidade;

- XI. Realizar diagnóstico da situação da mulher para encaminhamentos assistenciais necessários;
- XII. Atender as moradoras e seus filhos(as) com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo a qualidade na prestação de serviços;
- XIII. Manter todas as condições (manutenção) necessárias para o funcionamento da Casa Abrigo: instalações físicas, medicamentos não presentes na Rede Pública de Saúde, equipamentos/mobiliário, transporte, higienização adequada das unidades, profissionais, roupa de cama, alimentação, insumos e, outros estipulados pelo CONDEMAT, de acordo com Plano de Trabalho, Termo de Referência e Edital de Chamamento Público;
- XIV. Executar as atividades pactuadas, de acordo com o estipulado no presente termo e respectivo Plano de Trabalho, e em conformidade com as orientações e diretrizes técnicas fixadas em conjunto com a Comissão de Monitoramento e Avaliação do CONDEMAT no desenvolvimento dos trabalhos;
- XV. Respeitar as normas definidas quanto ao fluxo para encaminhamento das usuárias, visando garantir o bom atendimento às mesmas;
- XVI. Fornecer todas as informações quando solicitadas pelo CONDEMAT;
- XVII. Elaborar relatório mensal, sintético e analítico, dos serviços executados e evolução dos relatórios de Entrada e Saída de cada mulher acolhida na Casa Abrigo;
- XVIII. Elaborar mensalmente as prestações de contas, bem como apresentar todos os documentos constantes no manual de prestação de contas do terceiro setor do CONDEMAT.
- XIX. Encaminhar mensalmente, com o documento fiscal, os seguintes documentos: cópias das Folhas de Pagamento dos funcionários; guias GPS - Guia Recolhimento da Previdência Social; Guia de Fundo de Garantia - FGTS referente ao mês anterior, e demais documentos pertinentes que serão requisitados posteriormente;
- XX. Comunicar de imediato ao CONDEMAT a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do termo de colaboração;
- XXI. Comunicar aos familiares ou responsáveis legais, conforme informação constante em cadastro da mulher acolhida, bem como ao CONDEMAT a(s) intercorrência(s) grave(s), acidente(s), evasão, transferência ou falecimento de beneficiária do programa, no máximo 24 horas após a ocorrência;
- XXII. Em caso de urgência/emergência médica acionar o serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) para o encaminhamento da moradora à Unidade de Saúde (UPA, PS, PA ou Hospital mais próximo) que deverá ser acompanhada pelo profissional responsável e/ou coordenador, em serviço no momento da ocorrência.
- XXIII. Articulação permanente com os órgãos de Segurança Pública existentes no território da Casa Abrigo, uma vez que a situação de abrigamento pressupõe grave ameaça e risco de morte, o serviço deverá estabelecer parcerias formais com a Segurança Pública para garantir a proteção da mulher abrigada e de seus filhos, bem como a garantia de seus direitos;
- XXIV. Responsabilizar-se pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, ou por falhas relativas à prestação dos serviços que seus agentes, nessa qualidade, causarem às moradoras e/ou seus dependentes, aos órgãos do SUAS e a terceiros a estes vinculados, bem como, aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
- XXV. Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas às moradoras e seus dependentes, com assinatura de termo de sigilo para todos os colaboradores da Casa Abrigo;
- XXVI. Quanto à alimentação, deverão ser ofertadas, no mínimo 5 refeições diárias (café da manhã, almoço, café da tarde, jantar e ceia), sendo garantida a alimentação adequada para moradoras e seus dependentes que apresentem doenças metabólicas e outras, avaliadas por profissional competente da Rede Pública de Saúde (diabéticos, insuficiência renal crônica, hipertensos, etc.);
- XXVII. A OSC não poderá cobrar da moradora ou de seus familiares qualquer complementação aos valores repassados;
- XXVIII. Permitir a realização de vistorias técnicas pelos técnicos indicados pelo CONDEMAT para averiguação e fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações do Termo, podendo ser realizadas

visitas a qualquer momento que o CONDEMAT julgar necessário, devendo a OSC disponibilizar toda a documentação requisitada formalmente.

XXIX. As irregularidades apontadas deverão ser sanadas nos prazos estabelecidos pelo CONDEMAT, conforme a complexidade do apontamento, devendo a OSC regularizá-las. Nova vistoria será realizada para verificação do atendimento das exigências, e caso não sejam sanadas as irregularidades apontadas, a Comissão de Monitoramento e Avaliação encaminhará ao setor competente para a aplicação das sanções cabíveis.

XXX. Dar livre acesso ao CONDEMAT, ao controle interno e ao Tribunal de Contas, à documentos e, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

XXXI. Apresentar o Croqui da Casa Abrigo, indicando a disposição dos ambientes comuns e dormitórios para atendimento das 20 vagas ofertadas pela Casa Abrigo;

XXXII. Será vedada a cobrança por serviços médicos, psiquiátricos e outros complementares às moradoras e seus dependentes, exceto na ausência destes profissionais no SUS;

XXXIII. Garantir tratamento medicamentoso, mediante prescrição médica, disponibilizados pela Rede Municipal de Saúde e/ou pelo Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Alto Custo) da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e, na ausência destes, mediante negativa destes serviços, providenciar a compra com recurso de custeio;

XXXIV. Acompanhar o pós-abrigamento junto ao CREAS, mediante prévia articulação e negociação no âmbito da rede de atendimento local. No desabrigamento, é fundamental que a Casa Abrigo e os Centros de Referência articulem estratégias conjuntas para garantir à mulher acesso à habitação (auxílio aluguel) e ao trabalho, à inclusão em programas sociais e de geração de renda, etc.

XXXV. Responsabilizar-se pela preservação, conservação e manutenção dos equipamentos e móveis pertencentes ao patrimônio público que eventualmente sejam adquiridos, disponibilizados ou cedidos para a consecução do objeto, conforme Plano de Trabalho;

XXXVI. Adquirir equipamentos, materiais e serviços mediante cotações em no mínimo 03 (três) estabelecimentos comerciais evidenciando a vantajosidade da compra, conforme legislação pertinente à questão e de acordo com o Regulamento de Compras da Organização;

XXXVII. Responsabilizar-se pelos custos, gerenciamento e contratação de serviços de prestação continuada de concessionárias (água, energia, telefonia, GLP, etc.) e conectividade (internet), e impostos/tributos em geral, gêneros alimentícios, conforme Plano de Trabalho;

XXXVIII. Tomar medidas necessárias para evitar falhas e erros, promover atualizações e treinamentos contínuos para os profissionais da equipe, conforme Plano de Trabalho;

XXXIX. Garantir manutenção preventiva e corretiva de toda a estrutura física, mobiliário, equipamentos e utensílios, possibilitando a continuidade do convívio em condições adequadas, conforme Plano de Trabalho;

XL. A OSC deverá fornecer informações para que o município sede mantenha atualizado os cadastros municipais, estaduais e federais que regulamentem os Serviços de Acolhimento Institucionais de Alta Complexidade;

XLI. Manter escrituração contábil regular;

XLII. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

XLIII. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XLIV. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

XLV. Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

XLVI. Enviar ao CONDEMAT relatórios sobre o controle da manutenção e segurança das instalações físicas, devendo informá-lo prontamente sobre pendências ou irregularidades como também as devidas providências adotadas;

XLVI. Quanto às estratégias de cuidado permanente deve a Organização da Sociedade Civil:

a) Ofertar apoio às atividades da vida diária e da vida prática dos moradores e seus dependentes, quando houver;

b) Oferecer suporte e auxiliar no manejo para situações de crise;

c) Oportunizar ações de reabilitação psicossocial, incluindo acesso às oportunidades de trabalho, educação, cultura, esporte, lazer e controle social, juntamente com o CREAS;

d) Oportunizar a participação das moradoras na organização, cuidado e definição de rotinas básicas de convivência, tais como, preparo da alimentação, decoração da casa, atividades para os dependentes das mulheres abrigadas;

e) Desenvolver ações integradas com o CREAS e demais Órgãos Jurídicos e de Segurança para atendimento das necessidades de cada moradora;

f) Realizar a articulação da rede de cuidado necessária para o tratamento de todas as demandas de saúde integral das moradoras e seus dependentes.

XLVII. Quanto à guarda dos bens e pertences:

a) Resguardar os bens e pertences das moradoras, responsabilizando-se pela devida utilização de recursos financeiros de sua propriedade, anterior ou não ao acolhimento na Casa Abrigo;

b) Manter um registro e comunicar ao CONDEMAT e a Comissão de Monitoramento e Avaliação sobre os bens e pertences da moradora no ato do acolhimento;

XLVIII. Quanto à responsabilidade legal:

a) É vedada à OSC a utilização e divulgação de imagens das moradoras em qualquer mídia pública, ou da Casa Abrigo, já que o serviço deve ser mantido respeitando o princípio de sigilo;

XLIX. Quanto aos registros e documentação;

a) Efetivar registros em pastas individuais referentes ao convívio diário das moradoras, intercorrências, histórico de saúde, arquivo de receituários, laudos, relatórios, bem como das agendas referentes aos atendimentos em serviços públicos, entre outros;

b) Disponibilizar relatórios e ficha de acompanhamento mensal das moradoras para Comissão de Monitoramento e Avaliação;

c) Criar mecanismo de informação didático de fácil visibilidade para os funcionários da Casa Abrigo em relação ao monitoramento semanal das atividades como, consultas, compromissos legais, busca de medicamento de alto custo, exames, atividades escolares dos dependentes, de modo a evitar absenteísmo nas programações estabelecidas;

d) Estabelecer registro diário em livro próprio sobre as ocorrências em cada plantão, tanto quanto a dinâmica da casa, quanto em relação às moradoras e ao trabalho desenvolvido pelos colaboradores envolvidos e eventuais intercorrências e resoluções destas. Caberá a Coordenação produzir relatório técnico oriundo das informações contidas no livro de registros.

L. Quanto à guarda das medicações das moradoras e seus dependentes:

a) Os medicamentos deverão estar acompanhados das prescrições médicas atualizadas, e deverão ser armazenados em local trancado e de acordo com as normas técnicas vigentes;

b) A organização e reposição dos medicamentos e insumos é de responsabilidade da OSC, tanto para retirada dos itens que perfazem os Componentes da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada, quanto para os itens que necessitem de aquisição;

LI. Responsabilizar-se por sua estrutura própria de recursos materiais na execução da Casa Abrigo para mulheres em situação de violência:

a) Realizar sempre que necessário, manutenção preventiva e corretiva predial e/ou reparos na rede elétrica, hidráulica, de internet e telefonia, pintura de paredes, troca de lâmpadas, conserto ou

substituição de móveis e/ou eletroeletrônicos e/ou eletrodomésticos, etc. nas moradias onde os Serviços da Casa Abrigo são desenvolvidos, conforme Plano de Trabalho;

- b) Reposição, quando necessário, de artigos de copa/cozinha, cama, mesa e banho;
- c) Custeio de locomoção, para despesas com o deslocamento da moradora e de seus dependentes, acompanhados por profissional da OSC, para serviços essenciais;
- d) Fornecimento de material de limpeza e higiene geral;
- e) Fornecimento de insumos para a casa;
- f) Fornecimento de gás de cozinha e custeio de contas de consumo, como água, luz, telefone, internet;
- g) Fornecimento de medicamentos e insumos médico hospitalares, mediante negativa de fornecimento pelo SUS e mediante prescrição e justificativa de médico do SUS;
- h) Disponibilizar aos seus profissionais envolvidos na execução dos serviços, ora contratados, os produtos e equipamentos de proteção individual e ao morador quando necessário.

LII. Responsabilizar-se pela transparência das informações:

- a) Comunicar de imediato ao CONDEMAT, a Comissão de Monitoramento e Avaliação a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente termo de colaboração;
- b) Garantir aos profissionais do CONDEMAT, Comissão de Monitoramento e Avaliação e ou equipe técnica dos municípios consorciados, o acesso à Casa Abrigo, no exercício de suas funções;
- c) Responsabilizar-se perante o CONDEMAT e perante terceiros por quaisquer danos ou ocorrências em função das atividades que executou por força deste Termo de Colaboração, na medida de sua participação no evento discutido;
- d) Permitir que funcionários do CONDEMAT e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, exerçam atividades de acompanhamento e supervisão da execução do presente contrato;
- e) Permitir, quando solicitado, que todos os processos das atividades contratadas sejam vistoriados pelo CONDEMAT e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- f) Esclarecer as moradoras e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- g) Respeitar a decisão da moradora e/ou responsável legal, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal. Em caso de recusa de serviço, comunicar ao CONDEMAT o fato ocorrido.
- h) Garantir a confidencialidade de dados e informações sobre as moradoras;
- i) Notificar o CONDEMAT de eventual alteração de seus atos constitutivos ou de sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de registro da alteração, cópia dos respectivos documentos;
- j) A OSC obriga-se a informar o CONDEMAT, Comissão de Monitoramento e Avaliação do Contrato sobre as eventuais alterações na capacidade instalada do serviço, bem como a alteração do responsável técnico;
- k) A OSC obriga-se a informar mensalmente o CONDEMAT, Comissão de Monitoramento e Avaliação do Contrato sobre a relação de profissionais e carga horária;
- l) Havendo necessidade de mudança de local (venda ou retomada do imóvel, desapropriação, necessidade de reforma, risco para as moradoras, etc.) a OSC deverá comunicar o CONDEMAT e a Comissão de Monitoramento e Avaliação solicitando visita técnica para análise e providências;
- m) Comunicar aos familiares ou responsável legal, bem como o CONDEMAT, e a Comissão de Monitoramento e Avaliação, sobre intercorrência clínica grave, acidentes, evasão ou falecimento de beneficiário do programa, no máximo 24 horas após a ocorrência.
- n) Fomentar mecanismos democráticos de decisões e participação dos moradores nos processos diários da casa, estimulando a prática de assembleias semanais, quinzenais ou mensais, para a tomada de decisões, sendo recomendada a realização de registro em Ata, e a apresentação da mesma ao CONDEMAT.
- o) Providenciar a locação de imóvel adequado às necessidades da Casa Abrigo de acordo com Legislação vigente e aprovação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, assim como o pagamento de aluguéis e impostos;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA PARCERIA

- 3.1. Os recursos financeiros para a prestação do serviço objeto deste Termo de Colaboração serão alocados para a **OSC**, mediante transferências oriundas dos Contratos de Programa, entre o **CONDEMAT** e os municípios consorciados participantes.
- 3.2. O **CONDEMAT** pagará a **OSC**, pelos serviços do objeto deste Termo o valor total de R\$ xxxxx (xxxxxx), conforme previsão do Plano de Trabalho anexo, sendo distribuídos conforme segue:
 - 3.2.1. Parcela ÚNICA no valor total de R\$ xxxxx (xxxxxx), sendo R\$ xxxxx (xxxxxx) para implantação da Casa Abrigo, os quais deverão obrigatoriamente ser utilizados para a aquisição de materiais de consumo, equipamentos e mobiliários para guarnecer o Abrigo;
 - 3.2.2. O Valor ANUAL será de até R\$ xxxxx (xxxxxx), divididos em 12 parcelas MENSASIS de R\$ xxxxx (xxxxxx), para manutenção e operacionalização da Casa Abrigo.
- 3.3. O pagamento das parcelas será realizado até o 5º dia útil cada mês, mediante apresentação da Nota Fiscal / Fatura, devidamente atestada pelo(a) Gestor(a) do Termo de Colaboração.
- 3.4. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho anexo, transferidos eletronicamente na conta corrente indicada pela **OSC**, desde que não exista nenhuma pendência indicada pelo **CONDEMAT**.
- 3.5. O pagamento será efetivado por meio de transferência bancária, já incluídos no valor supramencionado todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto deste Termo.
- 3.6. O **CONDEMAT** reserva-se o direito de reter os pagamentos à **OSC**, caso constado qualquer das impropriedades previstas nos art. 48 da Lei nº 13.019/2014.
- 3.7. O pagamento de qualquer parcela somente será efetuado nos critérios pactuado neste Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DO DESEMBOLSO

- 4.1. Os recursos transferidos à **OSC** por meio desta parceria, enquanto não utilizados serão obrigatoriamente aplicados:
 - a) Em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e/ou
 - b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
- 4.2. Os rendimentos das aplicações financeiras na forma do item anterior serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto da Parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas desta Parceria. E quando os valores transferidos não forem utilizados, deverão ser restituídos, se for o caso, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais.
- 4.3. Será suspensa a liberação das parcelas à **OSC**, até que as impropriedades sejam corrigidas, nos seguintes casos:
 - a) Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da Parceria; e
 - b) Quando for descumprida, pela **OSC** ou seu executor, qualquer cláusula ou condição da Parceria.
- 4.4. Os recursos serão mantidos em conta bancária específica e somente serão permitidas operações para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho previamente aprovado, e nas condições previstas no art.53 da Lei nº 13.019/2014, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 4.5. A **OSC** será responsável por reservar em conta investimento específica os valores referentes à provisão de férias, décimo terceiro salário e encargos rescisórios constituindo Fundo de provisão para despesas trabalhistas.

- 4.6. A OSC deverá manter os valores repassados aplicados em conta de investimento, devendo ao final da parceria devolver ao CONDEMAT os rendimentos auferidos e efetuar o encerramento da referida conta.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. Os créditos orçamentários necessários à cobertura das despesas relativas ao presente Edital serão provenientes da dotação orçamentária:
01.01.08.244.0001.2.006.3.3.50.39.00.00.00.00.00
- 5.2. Ficam desde já empenhadas na referida dotação orçamentária as despesas para cumprimento das obrigações do CONDEMAT, na importância de **R\$ XXXXX (XXXXX)**, para o presente exercício. Para os exercícios posteriores as despesas correrão por conta das dotações próprias dos orçamentos futuros

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

- 6.1. A vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses iniciando-se em XX de XX de 202x, com término em XXX de XXX de 2023.
- 6.2. O prazo poderá ser prorrogado nos termos do art. 55 e parágrafo único da Lei 13.019/2014, observada a necessidade, a disponibilidade orçamentária, o cumprimento das metas por meio da prestação de contas parciais e ao final de cada exercício financeiro, a comprovação da regularidade da OSC e a manutenção do interesse público

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 7.1. O Termo de Colaboração será executado por meio da parceria celebrada pelo presente, tendo como Gestor designado por ato oficial, para acompanhar e fiscalizar a presente Parceria, ao qual caberá as atribuições previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014, quais sejam:
- I. acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - II. informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - III. emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59;
 - IV. disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- 7.2. A OSC que incorrer na inexecução da Parceria estará sujeita à:
- a) suspensão do repasse de recursos até que sejam sanadas as irregularidades detectadas;
 - b) Inabilitação para o recebimento de recursos do CONDEMAT, enquanto não for regularizada a situação; e
 - c) Devolução, com acréscimos legais, dos recursos gastos em desacordo com o Plano de Trabalho previamente aprovado.
- 7.3. Considera-se inexecução a inobservância das Cláusulas ora pactuadas e diretrizes contidas no Plano de Trabalho previamente aprovado, em especial:
- a) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter emergencial sem autorização;
 - b) Efetuar saque ou transferir os recursos oriundos deste ajuste para conta bancária particular dos dirigentes ou terceiros não vinculados ao Plano de Trabalho aprovado, convalidado pelo presente Termo de Colaboração;
 - c) Realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar, exceto os custos indiretos previstos no Plano Trabalho;

- d) Pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante do quadro de pessoal da Administração Direta ou Indireta do Distrito Federal, da União, dos Estados e dos Municípios, por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- e) Realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência;
- f) Demais situações previstas na Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS COM A DEFINIÇÃO DE FORMA, METODOLOGIA E PRAZOS

- 8.1. A OSC deverá apresentar prestação de contas parcial e final, da aplicação integral dos recursos recebidos, na forma estabelecida no Capítulo IV, da Lei nº 13.019, de 21 de julho de 2014.
- 8.2. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam ao gestor da Parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, nos termos do art.64 da Lei 13.019/2014.
- 8.3. Para a apresentação das contas, parcial e/ou final, as OSCs deverão apresentar cópia das notas e dos comprovantes fiscais com data do documento, valor, dados da OSC, carimbados com o **número do instrumento da parceria, indicação do objeto executado junto ao CONDEMAT** e assinados, junto aos comprovantes de pagamento.
- 8.4. A OSC que mantiver mais de um ajuste com o CONDEMAT observará que os comprovantes e documentos apresentados para prestação de contas dessa Parceria, não poderão ser apresentados em outro ajuste, para a mesma finalidade, sob pena de caracterização de indício de fraude, sujeitando o autor às medidas legais cabíveis.
- 8.5. A OSC apresentará prestação de contas parcial, de acordo à sistemática de liberação de recursos prevista no cronograma de desembolso, observado o prazo de até 20 (vinte) dias do mês subsequente.
- 8.6. A OSC apresentará prestação de contas final da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da Parceria ou no final de cada exercício, se a duração da Parceria exceder um ano, nos termos dos arts. 49 e 69 da Lei nº 13.019/2014.
- 8.7. A OSC deverá apresentar relatório de execução do objeto, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto, e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, nos termos do art.66 da Lei nº 13.019/2014, de acordo à sistemática de liberação de recursos prevista no cronograma de desembolso, observado o prazo de até 20 (vinte) dias do mês subsequente.
- 8.8. Compõem o relatório de execução do objeto a relação de gastos mensais dos moradores detentores de benefícios previdenciários ou assistenciais, sendo referida relação acompanhada dos extratos bancários.
- 8.9. A OSC apresentará relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, nos termos do art.66 da Lei nº 13.019/2014, de acordo à sistemática de liberação de recursos prevista no cronograma de desembolso, observado o prazo de até 10 (dez) dias do mês subsequente.
- 8.10. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram, atendendo a Lei da Transparência, dar-se-ão em plataforma eletrônica, por intermédio do sítio eletrônico da OSC, e de forma resumida no sítio eletrônico do CONDEMAT, permitindo a visualização por qualquer interessado.
- 8.11. O gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada:
 - I. No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto;
 - II. Se a duração da parceria exceder um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.
- 8.12. A OSC manterá em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, nos termos do art.68 da Lei nº 13.019/2014.

CLÁUSULA NONA – DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- 9.1. O CONDEMAT promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria celebrada pelo presente termo, bem como, acompanhamento e fiscalização das atividades previstas, por meio de Comissão de Monitoramento e Avaliação e de Gestor nomeados para esse fim.
- 9.2. O CONDEMAT instituirá a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art.58 da Lei nº 13.019/2014;
- 9.3. O CONDEMAT emitirá relatório, através do Gestor do Termo de Colaboração, e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC, contendo os seguintes elementos mínimos:
- I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
 - II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - III. Valores efetivamente transferidos pelo CONDEMAT;
 - IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;
 - V. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
 - VI. O CONDEMAT poderá realizar, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA OBRIGATORIEDADE DE RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

- 10.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, atualizados monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, serão devolvidos ao CONDEMAT no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do CONDEMAT, na forma da legislação, bem como, aplicável nos seguintes casos:
- a) Quando não executado o objeto do presente avença;
 - b) Quando não apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas;
 - c) Quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto da Parceria e;
 - d) Quando houver saldo financeiro remanescente, inclusive proveniente das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da Parceria.
- 10.2. Por ocasião da prorrogação da Parceria, a OSC poderá solicitar ao CONDEMAT a reprogramação do saldo financeiro remanescente, exclusivamente para aplicação no objeto da Parceria, desde que esteja regular com a execução do objeto da Parceria e com a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS REMANESCENTES

- 11.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade até o término do prazo deste Termo de Colaboração, obrigando-se a OSC em revertê-los ao CONDEMAT, ou seja, deverá ao término do presente instrumento realizar a transferência da propriedade dos mesmos ao CONDEMAT.
- 11.2. Os bens e direitos adquiridos, cedidos, produzidos ou transformados com recursos repassados em razão de sua execução no âmbito desse Termo de Colaboração, acaso remanescentes na data de conclusão ou extinção da Parceria, serão transmitidos ao CONDEMAT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRERROGATIVA DO CONDEMAT PARA ASSUMIR OU TRANSFERIR A RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 12.1. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da **OSC**, o **CONDEMAT** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
- retomar os bens públicos em poder da **OSC PARCEIRA**, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
 - assumir diretamente ou transferir a responsabilidade aos municípios consorciados participantes do projeto ou a outra Organização da Sociedade Civil, de modo a evitar descontinuidade da prestação do serviço à população, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela **OSC** até o momento em que o **CONDEMAT** assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO LIVRE ACESSO DO CONDEMAT, CONTROLE INTERNO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

- 13.1. A **OSC** deverá garantir o livre acesso dos agentes do **CONDEMAT**, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termos de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS EXCLUSIVAS DA OSC

- 14.1. A **OSC** é exclusivamente responsável pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos no âmbito da Parceria, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO PAGAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS

- 15.1. É de responsabilidade exclusiva da **OSC** o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do **CONDEMAT** a inadimplência da **OSC** em relação aos referidos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da Parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.
- 15.2. É de responsabilidade exclusiva da **OSC** a retenção e recolhimento dos impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, verbas rescisórias e demais encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, além dos tributos de qualquer espécie e as despesas de ordem trabalhista, como salário, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, não cabendo ao **CONDEMAT** qualquer ônus ou responsabilidade, subsidiária e/ou solidária, sobre os seus empregados.
- 15.3. É de responsabilidade exclusiva da **OSC** a ocorrência de quaisquer acidentes a que venham a ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e assegurando-lhes as demais exigências para o exercício das atividades, não cabendo ao **CONDEMAT** qualquer ônus ou responsabilidade, subsidiária e/ou solidária, sobre os seus empregados.
- 15.4. O **CONDEMAT** ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria ficando sob responsabilidade da **OSC** fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria, conforme Plano de Trabalho.
- 15.5. A **OSC** é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do contrato em que se verificarem empregados de forma inadequada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A ENTIDADE

- 16.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da legislação específica, o CONDEMAT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:
- I. Advertência;
 - II. Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidade da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.;
 - III. Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste parágrafo.
- 16.2. A sanção estabelecida no inciso II e III acima, é de competência exclusiva do Presidente do CONDEMAT, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 16.3. A OSC, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com o CONDEMAT, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar Contratar.
- 16.4. A OSC reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas, nos termos dos artigos 22 da Lei nº 13.019/2014 e demais legislações, normas e regulamentos pertinentes à matéria, conforme as condições do contrato.
- 16.5. No caso da OSC ser responsável pelo fornecimento de insumos, estes devem ser de primeira qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.
- 16.6. Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentadas e, será concedido direito de ampla defesa e contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO DA PARCERIA

- 17.1. A OSC divulgará na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as Parcerias celebradas com o CONDEMAT, contendo as seguintes informações, nos termos do art.11 da Lei nº 13.019/2014:
- I. Data de assinatura e identificação do instrumento de Parceria e do CONDEMAT;
 - II. Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;
 - III. Descrição do objeto da Parceria;
 - IV. Valor total da Parceria e valores liberados, quando for o caso;
 - V. Situação da prestação de contas da Parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;
 - VI. Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da Parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração individual prevista para o respectivo exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA OBRIGATORIEDADE DE MANTER E MOVIMENTAR OS RECURSOS EM CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

- 18.1. É obrigação da OSC manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei 13.019/2014, cujos dados deverão ser fornecidos ao CONDEMAT no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** após a assinatura deste Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

- 19.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou prorrogado nos termos dos arts. 55 e 57 da Lei nº 13.019/2014:
- I. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.
 - II. O Plano de Trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao Plano de Trabalho original.
- 19.2. A alteração proposta pela OSC deverá ser previamente aprovada pelo CONDEMAT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

- 20.1. As partes poderão denunciar, por escrito, a qualquer tempo, e rescindir de pleno direito o presente Termo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, conforme disposto no inciso XVI, do art. 42, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
- 20.2. Constitui motivo para rescisão deste Termo, independente do instrumento de sua formalização, o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou das normas estabelecidas na legislação vigente, pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável e, exemplificativamente, quando constatadas as seguintes situações:
- I. O inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;
 - II. A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
 - III. Constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;
 - IV. A rejeição das contas apresentadas pela OSC.
- 20.3. A rescisão do Termo deverá observar os princípios da ampla e prévia defesa e do contraditório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

- 21.1. A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do CONDEMAT, a qual deverá ser providenciada pelo CONDEMAT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

- 22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Mogi das Cruzes/SP, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal

E, por estarem de comum acordo, as partes firmam o presente Termo de Colaboração em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo também assinam.

Mogi das Cruzes, XXX de XXXXX de 2023.

CAIO CESAR MACHADO DA CUNHA
PRESIDENTE DO CONDEMAT

NOME
ENTIDADE

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

RG:

RG:

ANEXO RP 09 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO: CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ –CONDEMAT

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: XXXXXX

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº (DE ORIGEM): XX/XXXX

OBJETO: IMPLANTAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA – CASA ABRIGO, NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, PARA MULHERES EM RISCO DE MORTE, ACOMPANHADAS OU NÃO DE SEUS FILHOS, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.742/1993 – LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, ATUALIZADA PELA LEI 12.345/11.

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO: _____

EXERCÍCIO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor, entidade beneficiária e interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP–CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Mogi das Cruzes, XX de XXXX de 202X.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: CAIO CESAR MACHADO DA CUNHA

Cargo: PRESIDENTE DO CONDEMAT

CPF: 275.982.388-12

ORDENADOR DE DESPESAS DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: CAIO CESAR MACHADO DA CUNHA
Cargo: PRESIDENTE DO CONDEMAT
CPF: 275.982.388-12

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE E/OU PARECER CONCLUSIVO:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: CAIO CESAR MACHADO DA CUNHA
Cargo: PRESIDENTE DO CONDEMAT
CPF: 275.982.388-12

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE E/OU PRESTAÇÃO DE CONTAS:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____